UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

AS CONCEPÇÕES DE SOCIOEDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA COM ADOLESCENTES NO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

LUCYNAIRA SANTOS MONTEIRO

Castanhal/PA
2022

LUCYNAIRA SANTOS MONTEIRO

AS CONCEPÇÕES DE SOCIOEDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA EM ADOLESCENTES NO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Licenciada em Educação Física pela Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Pereira de Almeida Ferreira

Castanhal/PA
2022

LUCYNAIRA SANTOS MONTEIRO

AS CONCEPÇÕES DE SOCIOEDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA COM ADOLESCENTES NO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pelo Prof.º Prof. Dr. Marcelo Pereira de Almeida Ferreira, apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Pará/Campus de Castanhal, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Educação Física.

BANCA EXAMINADORA:

_____
Prof. Dr. Marcelo Pereira de Almeida Ferreira
(FEF/UFPA – Orientador)

_____
Profª. Dra. Darinez de Lima Conceição
(FEF/UFPA – Examinadora Interna)

_____
Profª. Dra. Lilian Silva de Sales
(FEF/UFPA – Examinadora Interna)

_____
Profª. Dra. Michele Borges de Souza
(ICED/UFPA – Examinadora Externa)

Dedico este trabalho aos meus pais Raimundo e Rosana, pilares da minha formação e meus maiores orientadores da vida.

AGRADECIMENTOS

A caminhada até a conclusão deste trabalho e desta etapa da minha vida não foi fácil. Foram muitos obstáculos a serem superados como percas de entes queridos, questões de saúde tanto minha quanto de familiares que de forma significativa acabaram abalando meu emocional, mas que também contribuíram para o meu amadurecimento e deram forças para continuar a jornada. Portanto, passar por tudo isso deixa claro que sozinha nada seria possível e venho aqui deixar meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente, agradeço a Deus por me dar forças e me fazer acreditar que tudo me foi possível por meio de sua vontade.

À minha amada mãe Rosana Monteiro, por seu amor incondicional e por estar sempre ao meu lado, ao meu amado pai Raimundo Monteiro por todo o seu esforço que mesmo diante de todas as dificuldades sempre me incentivou a estudar e proporcionou o que estava ao seu alcance. Este é mais um resultado dos esforços de vocês.

As minhas irmãs Hanna Monteiro e Lucila Monteiro, por todo o companheirismo e amor de sempre, vocês me inspiraram a ir em busca dessa conquista.

Ao meu esposo e amigo Thyago Lopes, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos, que durante a faculdade me ajudou nos trabalhos, me acalmando quando batia insegurança ao achar que não conseguiria dar conta, e por todas as vezes que me ajudou para que esta etapa fosse concluída, por todo amor, carinho e dedicação.

Aos meus sogros, José Roberto Diniz e Lucimar Lopes, por todo o carinho e hospitalidade, em especial a minha sogra por ser minha amiga e me ajudar de tantas formas. Você não imagina o quanto a sua amizade foi importante ao longo do processo.

Aos meus tios Edivaldo Monteiro e Andréia Monteiro, juntamente sua família. Não poderia deixar de agradecê-los por se fazerem presente e por fazerem parte do meu refúgio quando o que mais queria era esquecer as questões acadêmicas.

In memoriam, aos meus avós paternos, Raimundo do Nascimento e Benedita do Nascimento, por serem fundamentais na minha estadia próxima a faculdade, por suprirem todas as minhas necessidades básicas e por torcerem pelo meu futuro como

profissional. A minha avó materna Vilma Souza, por todo amor e carinho mesmo eu sendo ausente. Ao meu primo Paulo Fernandes que sempre vibrou pelas minhas conquistas e sei que ficaria feliz por mais essa. Quem poderia imaginar que hoje vocês que tanto vibraram no início não estariam presente no final, mesmo assim não poderia deixar de agradecê-los.

Ao Profº Marcelo “Russo”, meu estimado orientador. Sua grandeza intelectual pode ser reconhecida em sua generosidade. Obrigada por ser paciente e ter aceitado o desafio de orientar esta pesquisa, por não desistir de mim, por se manter ao meu lado diante das adversidades que o tema apresentou e por ajudar a enfrentar meus medos e superar meus limites, obrigada por se fazer presente mesmo fora dos horários institucionais, sempre oferecendo apoio e ensinando com competência e ética.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Paulo Freire

RESUMO

Tendo como objeto de estudo o nexo existente entre as fundamentações da socioeducação e Educação Física no cumprimento de medidas socioeducativas, este trabalho apresenta um breve resumo da constituição da política de atendimento destinada a criança e ao adolescente, assim como das tendências pedagógicas que marcaram a história da Educação Física, para então compreender quais os nexos existentes entre a Socioeducação e a Educação Física, quais concepções de ambas estão inseridas no processo de medidas socioeducativas tendo como base a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA) a partir dos seguintes questionamentos: (i) quais os nexos entre a socioeducação e a Educação Física? (ii) quais concepções de socieducação e Educação Física estão inseridos no processo de Medidas Socioeducativas (MSE)? (iii) as atividades do campo da Educação Física desenvolvidas com os socioeducandos estão sendo realizadas por um professor da área?. Os objetivos específicos apresentados neste trabalho se fundamentam na identificação e análise dos projetos de socioeducação no Estado do Pará com adolescentes em situação de cumprimento de medidas socioeducativas. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica baseada no método materialista histórico-dialético através das fundamentações apresentadas por Gamboa (2000) que analisa o objeto de estudo em seu desenvolvimento, considerando suas determinações várias, a realidade sócio-histórica, as particularidades e consignações presentes. Os conteúdos da Educação Física no contexto socioeducativo podem ir além do fazer motor, mas observa-se carência de interdisciplinaridade e intervenção do professor nos projetos analisados ao longo deste trabalho. Por isso, salientou-se a importância de se realizar um diálogo da Educação Física com a assistência social para o estabelecimento de praticais corporais que visam a ressocialização de adolescentes e não somente o entretenimento para que se instituam projetos de medidas socioeducativas mais estruturados.

Palavras-chave: Educação Física. Adolescentes. Socioeducação.

ABSTRACT

Having as object of study the nexus between the foundations of socio-education and Physical Education in the fulfillment of socio-educational measures, this work presents a brief summary of the constitution of the assistance policy aimed at children and adolescents, as well as the pedagogical trends that have marked the history of Physical Education, in order to then understand the existing links between Socioeducation and Physical Education, which conceptions of both are inserted in the process of socio-educational measures based on the Socio-Educational Assistance Foundation of Pará (FASEPA) from the following questions: (i) what are the links between socio-education and physical education? (ii) which conceptions of socio-education and Physical Education are included in the process of Socio-Educational Measures (MSE)? (iii) are the activities in the field of Physical Education developed with the socio-learners being carried out by a teacher in the area?. The specific objectives presented in this work are based on the identification and analysis of socio-educational projects in the State of Pará with adolescents in compliance with socio-educational measures. Bibliographical research based on the historical-dialectical materialist method was used as a methodology through the foundations presented by Gamboa (2000) who analyzes the object of study in its development, considering its various determinations, the socio-historical reality, the particularities and assignments present. The contents of Physical Education in the socio-educational context can go beyond doing motor work, but there is a lack of interdisciplinarity and teacher intervention in the projects analyzed throughout this work. Therefore, the importance of carrying out a dialogue between Physical Education and social assistance was highlighted for the establishment of body practices aimed at the resocialization of adolescents and not just entertainment, so that more structured projects of socio-educational measures can be instituted.

Keywords: Physical Education. Teenagers. Socioeducation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMP	Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude
CAS	Centro de Adolescentes em Semiliberdade
CESEM	Centro Socioeducativo Masculino
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DAS	Diretoria de Atendimento Socioeducativo
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FASEPA	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará
FBESP	Fundação do Bem Estar Social do Pará
Fórum DCA	Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
FUNCAP	Fundação da Criança e do Adolescente do Pará
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MSE	Medida Socioeducativa
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNBM	Política Nacional do Bem-Estar do Menor
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SESPA	Secretaria de Estado de Saúde Pública
SGD	Sistema de Garantia de Direitos

SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
UASE	Unidade de Atendimento Socioeducativo
POM	Plano Operativo Municipal
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO I – HISTÓRIA E POLÍTICA: SOCIOEDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO FÍSICA 15

1.1 – Perspectivas históricas da socioeducação 15

1.2 – Perspectivas históricas da Educação Física 27

1.3 – Os nexos entre a socioeducação e a Educação Física 31

CAPÍTULO II – PERFIS DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS 36

CAPÍTULO III – AS CONCEPÇÕES DE SOCIOEDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA COM ADOLESCENTES NO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS 39

3.1 – Sobre o método de investigação e análise 39

3.2 – Descrição detalhada sobre os caminhos realizados 42

3.3 – Apresentação da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará e os diálogos estabelecidos com a entidade 43

3.4 – Apresentação e análise dos documentos recebidos 43

CONSIDERAÇÕES FINAIS 55

REFERÊNCIAS 58

ANEXOS 64

INTRODUÇÃO

A vontade e curiosidade de pesquisar a respeito da conexão da Educação Física com a Assistência Social se deu a partir de um diálogo estabelecido com um graduando em Serviço Social e estagiário do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) que relatou a importância das atividades recreativas, do esporte e de outras atividades do campo de estudo da Educação Física no processo de socioeducação mediante as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Com base nessa informação, esta pesquisa partiu dos seguintes questionamentos: (i) quais os nexos entre a socioeducação e a Educação Física? (ii) quais concepções de socieducação e Educação Física estão inseridos no processo de Medidas Socioeducativas (MSE)? (iii) as atividades do campo da Educação Física desenvolvidas com os socioeducandos estão sendo realizadas por um professor da área? A partir desses questionamentos e suas consequentes respostas a temática aqui apresentada como “As concepções de socieducação e Educação Física com adolescentes no comprimento de medidas socioeducativas” tomou forma.

Para entender como a Educação Física estar inserida no processo de medidas socioeducativas esta pesquisa tem como objeto de estudo **os nexos existentes entre as fundamentações da socioeducação e Educação Física no cumprimento de MSE** e utilizou-se o método materialista histórico-dialético, que segundo Gamboa (2000) procura apropriar-se do objeto de estudo (em sua análise e exposição) para fundamentar a investigação e interpretação dos documentos que deram suporte na elaboração da pesquisa. Os objetivos específicos se fundamentam na identificação e análise dos projetos de socioeducação no Estado do Pará com adolescentes em situação de cumprimento de MSE, relacionando com apreciação das interconexões existentes entre os projetos que atuam com a socioeducação e dos nexos entre Educação Física e a socioeducação presentes nas ações socioeducativas no estado.

Ao traçar as perspectivas históricas da socioeducação e da Educação Física é possível estabelecer nexos entre as mesmas, quando na busca em obter o controle social da população através da disciplina, a utilização de métodos característicos da Educação Física se fez necessário, produzir corpos saudáveis, produtivos e disciplinados significava cuidar da sociedade e a força de trabalho produzida pelo

corpo era vista como fonte de lucro e progresso. A ideia de progresso da sociedade também partia do entendimento de que era necessário obter o controle da população pobre e marginalizada, principalmente, daqueles em que julgavam ser a promotora da desordem, ou seja, as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

As políticas e práticas voltadas para atendimento do segmento infanto-juvenil, como as legislações e ações socioeducativas, foram pensadas e elaboradas a partir da compreensão de uma infância e juventude pobre. Com o intuito de atuar neste contexto como meio de controle e regulação dos mesmos as ações voltadas a este público que antes eram repressivas, com o passar dos anos e com as transformações trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente passaram a ser em grande parte assistencialistas e educativas através das medidas socioeducativas, no entanto, a busca pela obtenção do controle social deste segmento continua, mesmo que sutilmente.

Para compreender como a Educação Física e a socioeducação possuem nexos e assim estabelecer quais as concepções das mesmas com os adolescentes no cumprimento de medidas socioeducativas, no primeiro capítulo se fez necessário compreender o processo histórico da socioeducação através de leis, decretos, estatutos e autores como Vicente de Paula Faleiros (1980 e 2011) e Irene Rizzini (1997 e 2011) que ajudam a entender como se deu a introdução e evolução de políticas destinadas ao segmento de crianças e adolescentes infratores, e da Educação Física enquanto área educacional se classificando em tendências que estão expostas no decorrer do trabalho baseando-se na compreensão de Paulo Ghiraldelli Júnior (1989 e 1994) e abordadas por autores como Valter Bracht (1997 e 1999), Camila dos Santos Chagas e Jeferson Diogo de Andrade Garcia (2011).

No segundo capítulo foram descritas algumas características da infância e adolescência brasileira com o intuito de compreender o perfil dos que se encontram no cumprimento de medidas socioeducativas.

No terceiro capítulo buscou-se estabelecer as concepções de socieducação e Educação Física no trabalho desenvolvido com adolescentes no cumprimento de medidas socioeducativas com base nos documentos fornecidos pela Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), partindo da descrição sobre o método de investigação e análise e dos caminhos feitos até a obtenção dos documentos utilizados.

O quarto capítulo é destinado as considerações finais, nele apresenta-se os resultados desta pesquisa, onde se evidencia que a Educação Física se fez e se faz presente na socioeducação no processo de medidas socioeducativas mesmo com a carência de interdisciplinaridade, visto que conceitos são apresentados de diferentes formas por projetos que possuem um só objetivo que é ressocialização. Os conteúdos da Educação Física assegurados em lei aos socioeducandos permite que a área no contexto socioeducativo vá além do fazer motor, no entanto, os conteúdos presentes nos projetos analisados são apresentados como atividades em segundo plano, pois verifica-se a falta de intervenção do professor de Educação Física no processo de elaboração e realização dos projetos.

Os conteúdos devem ser planejados de forma que lhes proporcionem momentos de experiências e vivências dos esportes, das brincadeiras, dos jogos, das lutas, das danças e das ginásticas não apenas por questão de diversificação, mas também como estratégias adequadas que aproximem os conteúdos e suas significações na cultura corporal, realizando um resgate histórico, cultural e político do que for abordado.

É verídico que a Educação Física possui nexo com a socioeducação, e compreender quais as concepções das mesmas em adolescentes no cumprimento de medidas socioeducativas no estado do Pará impulsionou-me a não desistir deste trabalho, mesmo com todos os desafios e com a falta de auxílio das instituições responsáveis pelo cumprimento de medidas. Este trabalho de conclusão de curso certamente nos mostra o quão necessário, difícil e importante é o diálogo da Educação Física com outras áreas de conhecimento e certamente poderá impulsionar novas pesquisas na área.

CAPÍTULO I – HISTÓRIA E POLÍTICA: SOCIOEDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO FÍSICA

1.1 Perspectivas históricas da Socioeducação

Realizando uma retrospectiva histórica a respeito da socioeducação, é possível observar que o atendimento a adolescentes em conflito com a lei se constituiu no Brasil em um momento de transformações sociais, políticas e econômicas. Para melhor compreender como ocorreram essas transformações faz-se necessário observar um breve resumo da constituição da política de atendimento destinada à criança e ao adolescente, estes que, anteriormente aos anos de 1990 eram vistos como delinquentes.

Em 1920 realizou-se o 1° Congresso Brasileiro de Proteção à infância, momento este que pôs em foco as ações de proteção social a este segmento. Em 1921, através da Lei Federal Orçamentária nº4.242 o governo consentiu o planejamento de políticas de proteção e assistência ao “menor” em conflito, tendo em vista que este planejamento obtivesse estratégias que contemplassem tanto a assistência como a repressão (FALEIROS, 2011).

Em 1923, entrou em vigor o Decreto nº 16.272, que instituiu o regulamento de assistência e proteção à infância e deu suporte na elaboração do Código de Menores Mello Matos em 12 de outubro de 1927, elaborado por José Candido Albuquerque de Mello Mattos juiz de menores da Capital da República e assinado por Washington Luiz depois de tramitar durante os governos de Epitácio Pessoa e Arthur Bernardes. Foi a primeira legislação brasileira voltada para a questão do “menor”, com o intuito de consolidar as leis de assistência e proteção aos menores de 18 anos considerados abandonados ou delinquentes, se mantendo inalteradas as determinações dos sujeitos a quem se destinava a nova lei, ou seja, as crianças e adolescentes pobres.

Vinculada a criação desta lei que tinha como finalidade proteger as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade estava a ideia de proteção da sociedade, chamada de “defesa social”. De acordo com a representante da assistência judiciária no juízo de menores do Distrito Federal (1924), Beatriz Mineiro “a recentíssima lei de assistência e proteção a tais menores oferece uma grande base para eficaz regime de salvação desses desamparados, ao mesmo tempo que defesa social”. (FALEIROS, 2011).

A trajetória histórica da regulamentação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil marca o início da intervenção do Estado na elaboração das primeiras políticas de assistência a esse público no país com a criação do já revogado Código de Menores, de 1927, intitulado também como Código Mello Mattos, que se fazia presente no atendimento à criança abandonada ou delinquente, ou que se encontrava em perigo de ser, podendo resumir-se em criança pobre e preta.

A criança preta ainda sofre grandes penalidades resultantes do sistema escravista. Dessa forma, a criminalização da juventude pobre e negra se faz fortemente presente na sociedade brasileira devido sua construção e formação sócio-histórica, onde possui como característica o capitalismo super dependente e o subdesenvolvimento. Além disso, o processo de colonização tanto da América Latina como do Brasil teve como fundamentação e resultados enormes desigualdades e injustiças sociais geradas pelos processos de exploração, dominação e escravidão.

Moura (1983) reforça que a formação social brasileira possui fortes marcas coloniais evidenciadas nas ferramentas de dominação, controle, exploração, opressão e violência contra a população pobre e negra. A compreensão crítica da presença dessas marcas na formação da sociedade brasileira é fundamental para que se construa mediações que ultrapassem uma abordagem superficial, ou seja, deve-se compreender que as situações degradantes e desumanas que grande parte dos negros do Brasil ocupam não se tratam de circunstâncias individualizadas, mas sim de heranças do período escravocrata que inclui toda a coletividade negra. Ao analisar de forma coletiva, é possível estabelecer e fomentar estruturas e mecanismos de enfrentamento ao racismo estrutural.

Salienta-se que o racismo não se apresenta exclusivamente na violência direta, mas se manifesta também em diferentes faces e formas nos diversos âmbitos das relações sociais e culturais.

A perspectiva de correção do indivíduo por uso da disciplina e repressão é constantemente utilizada em nossa sociedade, principalmente em pessoas negras e pobres resultante do racismo estrutural e das discriminações enraizadas na sociedade brasileira. Sobre isso, Faleiros (2011) afirma que o Código Mello Mattos foi construído a partir de uma visão correcional disciplinar e higienista de proteção do meio e do indivíduo, que através de uma visão jurídica repressiva e moralista contribuiu para o

fortalecimento do termo menor[1] como categoria classificatória da infância pobre, marginalizada e em situações de abandono ou de atos infracionais. De acordo com o autor

> [...] na orientação então prevalecente, a questão da política para a criança que se coloque como problema do menor, com dois encaminhamentos, o abrigo e a disciplina, a assistência e a repressão, há emergência de novas obrigações do Estado em cuidar da infância pobre com educação, formação profissional, encaminhamento e pessoal competente (FALEIROS, 2011, p. 48).

Pode-se constatar que o Estado partia da ideia de que era preciso obter o controle da população pobre e marginalizada e, principalmente, daqueles em que julgava ser a promotora da desordem, ou seja, as crianças e adolescentes. Reforçando o pensamento de que os mesmos deveriam ser acompanhados, vigiados, disciplinados e reabilitados (REZENDE, 2010). A legislação destinada a este segmento na época

> [...] vinha legitimar o objetivo de manter a ordem almejada, à medida que, ao zelar pela infância abandonada e criminosa, prometia extirpar o mal pela raiz, livrando a nação de elementos vadios e desordeiros, que em nada contribuíam para o progresso do país. [...] Sob o comando da Justiça e da Assistência, julgou-se estar, desta forma, combatendo os embriões da desordem (RIZZINI, 2011, p. 139).

Na perspectiva de reabilitar o “menor infrator” para conviver de forma progressiva junto à sociedade, em 1941, entrou em vigor o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), Decreto-Lei nº 3.799 de 1941. O SAM tinha como prioridade amparar socialmente crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade considerados desvalidos e infratores, utilizando-se de uma política de caráter corretivo-repressivo-assistencial em todo o Brasil, estava mais ligado com a questão da ordem social do que a assistência propriamente dita, pois se tratava de uma estratégia de manutenção da ordem (FALEIROS, 2011) que junto ao Ministério da Justiça, equivalia às penitenciárias dos adultos. A vinculação do SAM ao Ministério da Justiça só deixava clara a preocupação com o combate e prevenção à criminalidade, pois o SAM via a

[1] O termo menor é utilizado para designar a criança abandonada, desvalida, delinquente, viciosa, entre outras, e foi naturalmente incorporada na linguagem, para além do círculo jurídico (RIZZINI, 2011, p.113).

infância como: crianças pobres abandonadas física e moralmente, como um período que precisa de cuidados e proteção específica e tinha as cidades como representações de lugares de criminalidade, vadiagem e mendicância e os espaços públicos como locais de socialização da marginalidade. Caberia então a essas instituições a recuperação e a formação de uma infância moralizada.

Em 1941 também foi criada a Lei de Introdução ao Código Penal, Decreto nº. 3.914 de 1941, com o intuito de legitimar a internação de crianças e adolescentes em seção especial desde que o tempo de internação fosse estabelecido de no mínimo 03 anos, e aos que viessem a completar 21 anos sem que tenham sido rescindidos das medidas, deveriam ser transferidos para outros estabelecimentos permanecendo à disposição de um Juiz Criminal. No ano seguinte, em 1942 através do Ato do Governo Federal nº. 6.013, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), considerada o "ponta pé" inicial na ação social desenvolvida na área de assistência social no segmento da infância e dos jovens infratores. Pelo Código vigente, o Juiz de Menores, decidia o destino dos "menores" tanto para adoção e internação quanto para a punição dos responsáveis.

No ano de 1964 com o regime militar tem-se o paradigma assistencialista-repressor (VERGARA, 1992), que tinha os jovens marginalizados como pessoas que necessitavam de políticas sociais compensatórias e que o Estado deveria suprir esta demanda com a criação de tais políticas, essas políticas são, portanto, a diferença em relação ao período que se antecede. Durante esse período na esfera de competência do governo militar, este que via a questão das crianças, adolescentes e jovens como um problema de segurança nacional em que tinha o legítimo dever de intervenção foi implantada uma nova política social no atendimento de crianças e adolescentes, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM) a partir da criação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) Lei nº4.513, de 1º de dezembro de 1964, também com enfoque assistencialista de atendimento que via na pobreza o caminho para a criminalidade. Segundo Rizzini "sua missão era velar para que a massa crescente de "menores abandonados" não viesse transformar-se em presa fácil do comunismo e das drogas, associados no empreendimento de desmoralização e submissão nacional". (RIZZINI, PILOTTI, 2011, p 26).

A justificativa para a implementação de tal política foi o diagnóstico realizado pelo governo sobre a questão dos menores de 18 anos, pois a sociedade brasileira enfrentava problemas estruturais e desajustes funcionais, esse processo de mudança

afetava as instituições, os grupos e os indivíduos, ou seja, o ambiente em que a criança se desenvolvia era instável, e o processo de socialização se tornaria mais difícil, a FUNABEM serviria para conter essa instabilidade e o avanço do que estava sendo pensado como marginalidade infanto-juvenil para assegurar o futuro e o bem-estar da nação.

Para assegurar o bem-estar da nação, além de já se ter uma visão repressiva, agora entra em cena uma racionalidade assistencialista que operava com teorias funcionalistas apoiada na lógica da Ditadura Militar, que se tinha materializado no ideário de segurança nacional que as famílias pobres eram desorganizadas e por este motivo poderiam originalizar crianças doentes que viessem a ser jovens perigosos caso não fossem geridas por meio de seus controles repressivos e assistencialistas.

A FUNABEM, portanto, foi constituída para promover a execução das políticas públicas dirigidas à infância em situação de vulnerabilidade, substituindo o SAM, pois o mesmo não estava mais respondendo às necessidades de atendimento a este público. A princípio, o atendimento que caberia a FUNABEM não estava ligado ao atendimento direto a essas pessoas, mas ela teria a responsabilidade de planejar, assistir financeiramente as entidades dos Estados, Municípios e entidades particulares, com equipes de apoio que fossem encarregadas do atendimento direto. Todavia, em razão de ter tomado as atribuições e os estabelecimentos físicos do SAM, sem que os tenha transferido completamente para os estados, a FUNABEM atuou como órgão executor das próprias medidas que planejava.

Em 1968 foi promulgada a Lei Relativa a Menores Infratores, encarregada de aplicar as medidas aos adolescentes infratores de 14 a 18 anos, com o objetivo de averiguar as circunstâncias do fato, cabendo ao Juiz as determinações de internação do “menor” ou de deixa-lo na responsabilidade dos pais ou responsáveis.

Após longo período de discussões acerca do Código de Menores Mello Mattos, alterado pela Lei nº 6.697, aprovada em 10 de outubro de 1979, quando ainda estava em vigência as diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor implantadas pela FUNABEM, as alterações feitas por essa lei buscavam atender aos anseios dos Juízes de Menores no que diz respeito ao atendimento do adolescente em conflito com a lei, que passa a ser chamado de adolescente em “situação irregular”, de acordo com o novo Código de Menores.

O Código de Menores de 1979 definia crianças, jovens e adolescentes pobres em situação irregular, como os autores de infração penal, pois poderiam ser

violentados físico e moralmente e privados de representatividade ou assistência legal, podendo ter desvio de conduta por inadequação familiar ou comunitária. (PASSETTI, 1987). Evidencia-se a preocupação com a preservação da ordem social, que compreendia a infância abandonada e exposta aos perigos como ameaça. O ano de 1979 foi considerado o Ano Internacional da Criança, declarado pela Assembleia das Nações Unidas dando origem a elaboração da Convenção Internacional dos Direitos da Infância, aprovada em 1989, esse cenário mostrou-se essencial para dar início a movimentos sociais acerca dos direitos das crianças e adolescentes.

Sendo alvo de movimentos sociais, o Código de Menores de 1979 recebeu inúmeras críticas e acabou sendo substituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que passou a reconhecer as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Nesse período, entre o Código de Menores e sua substituição, o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) foi criado (1988) com intuito de promover mudanças na legislação e aprovação da Emenda “Criança Prioridade Nacional”. Ainda neste ano, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, chamada Constituição Cidadã por assumir como responsabilidade pública estatal a garantia de direitos fundamentais e sociais tendo a Assistência Social como ponto chave no campo da Seguridade Social, o que acrescentou nas reivindicações em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes, que em seu artigo 227[2] garante a criança como prioridade nacional (LONGO, 2010).

A Constituição da República Federativa do Brasil objetivava assegurar os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança e o bem-estar, assim como, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores essenciais na sociedade pluralista e propunha na questão da criança e do adolescente a Doutrina de Proteção Integral, com o intuito de romper com a Doutrina da Situação Irregular prevista pelo Código de Menores. A Doutrina de Proteção Integral reconhece que todas as crianças e adolescentes possuem direitos iguais aos adultos, mas que sejam aplicáveis de acordo com sua idade, e que sejam vistos como pessoas em desenvolvimento.

[2] Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (EC n° 65/2010). (BRASIL, 1988, p.132).

Em 1990, ocorre a promulgação da Lei nº. 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), fruto de vários movimentos de luta pelo reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente viabilizando ações acerca da execução de políticas de atendimento ao adolescente infrator. O ECA surgiu para reconhecer a Doutrina da Proteção Integral como um marco na luta pelos direitos da criança e do adolescente no Brasil se contrapondo a lógica da situação irregular e menorista antes vistos pelos antigos códigos de menores de 1927 e 1979, marcados por possuírem uma visão repressiva e assistencialista que utilizava métodos higienistas e moralizadores na "correção" das crianças e adolescentes para que o futuro do país fosse garantido dos mesmos (RIZZINI,1997). Com essa percepção de Proteção Integral a concepção de crianças e adolescentes passou ser de pessoas em desenvolvimento com direitos universalmente reconhecidos e garantidos no artigo 4 do ECA que diz que:

> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, p.1).

Em 12 de outubro de 1991, pela Lei nº 8.242, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) intitulado como o principal órgão do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), sendo versão na prática, do Artigo 86[3] do ECA, com o objetivo de efetivar a implementação da Doutrina de Proteção Integral por meio da gestão compartilhada entre governo e sociedade civil, que no âmbito do Conselho definem as diretrizes para a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2006).

Ao CONANDA concerne elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, fiscalizar as ações desenvolvidas e zelar pela aplicação da política, dar apoio aos conselhos e órgãos tanto estaduais quanto municipais, assim como a entidades não-governamentais além de zelar pela sua aplicação, ou seja:

[3] Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. (BRASIL, 1990, p.52).

> Tem como competências básicas formular as diretrizes gerais da Política Nacional de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, e avaliar as políticas estaduais e municipais, sua execução, e a atuação dos conselhos estaduais e municipais DCA. Logo, é responsável pelo monitoramento nacional das expressões da questão social da infância e adolescência, e pela regulamentação de medidas – por meio de resoluções – a esse segmento, bem como os conselhos de direitos e tutelares de todo o país (SALES, 2010, p. 224-225).

O Conselho Tutelar atuante como órgão municipal, foi criado pelo Estatuto da Criança com o objetivo de desjudicializar as medidas sociais da infância e zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, direitos definidos pelo estatuto, e integra o conjunto de instituições brasileiras que são subordinados ao departamento jurídico do país, com autonomia de tomar decisões para desempenhar as atribuições que lhe são confiadas pelo Governo Federal. O Conselho Tutelar possui autonomia para agir contra o próprio Estado e/ou a família sempre que um direito ou necessidade básica de uma criança ou adolescente esteja sendo violada ou sob ameaça de ser, cabendo a ele tomar as devidas providências, zelando assim pelas suas condições de vida.

Em 07 de dezembro de 1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Lei nº 8.742, que instituiu a Assistência Social como direito social não contributivo. A lei tem como objetivo assegurar a proteção social, proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, o amparo às crianças e aos adolescentes carentes, a promoção da integração assistencial junto ao mercado de trabalho, habilitando e reabilitando pessoas portadoras de necessidades especiais, afim de garantir a sua integração na comunidade (BRASIL, 1993).

Com a criação da LOAS o Estado reconheceu a Assistência Social como medida essencial no enfrentamento as demandas sociais, ampliando o protagonismo dos usuários. O LOAS juntamente com o ECA produziu compreensões diferenciadas que romperam e descriminalizaram as percepções que se tinha da criança e do adolescente pobre que se encontravam em situação irregular, possibilitando a construção de novas concepções sobre a infância e adolescência, ambos são responsáveis em garantir os direitos daqueles em situação de precariedade da sobrevivência social (SPOSATI, 2020).

Em 20 de dezembro de 1996, é aprovada a Lei nº 9.394 conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com o objetivo de organizar o

sistema de ensino no Brasil, definindo os papéis do setor público e privado tanto da União quanto dos Estados e Municípios na execução da política educacional. Vale ressaltar que em alguns artigos desta lei em especial no artigo 2[4], a questão do atendimento educacional as crianças e adolescentes infratores se faz presente, pois proporcionar condições para que estes sejam escolarizados e qualificados para o mercado de trabalho também é dever do Estado, da família e da sociedade.

Com a Constituição Federal de 1988, o ECA (1990) e agora com a LDB a educação e, consequentemente, a escola passaram a assumir um decisivo papel social, o de garantir o "pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Art. 1º da LDB). A escola, é uma das principais instituições da sociedade, e deve ser responsável não apenas pela mera transmissão de conhecimentos absolutos e que pouco dialoga com a comunidade, devendo integrar-se nas ações desenvolvidas pelos sistemas de ensino com o intuito de conhecer a realidade dos educandos para que suas histórias de vida não sejam negadas, este é um direito que deve ser garantido a todo e qualquer estudante, independentemente de estar ou não sob MSE. Conforme legitimado na LDB, dentre outros princípios básicos do ensino, reforça-se a "valorização da experiência extraescolar e vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais" (Art. 3º, incisos X e XI).

Em 2006, 16 anos após a publicação do ECA, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e o CONANDA, em cooperação com a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude (ABMP), promoveram um amplo diálogo nacional com aproximadamente 160 responsáveis do SGD que foi primordial na construção do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que estabelece como um guia a implementação das Medidas Socioeducativas (BRASIL, 2006).

Em 13 de julho de 2006, o SINASE foi aprovado em uma assembleia promovida pelo CONANDA e no ano seguinte foi apresentado como projeto de lei (PL 1.627/2007) ao Plenário da Câmara dos Deputados. Em 09 de novembro de 2007

[4] Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1996, p.01).

através do Ato da Presidência da Câmara, foi criada uma Comissão Especial com o intuito de analisar o projeto.

Em 18 de janeiro de 2012, o SINASE foi instituído pela Lei nº 12.594 para regulamentar a execução das medidas socioeducativas, conforme previstas em lei, assegurando que todos os direitos destinados a jovens e adolescentes que cometem algum ato infracional sejam garantidos no ECA padronizando este processo, que até então era realizado de forma singularizada em todo território nacional, muitas vezes, à mercê de medidas tomadas espontaneamente por operadores do direito e técnicos sociais, colocando em risco as garantias processuais penais declaradas ao adolescente a quem se atribuía a autoria de atos infracionais (LIBERATI, 2012). Dentre os direitos garantidos pelo ECA e regulamentado pelo SINASE está o direito ao esporte, à cultura e ao lazer previstos no art. 59: “os Municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude” (BRASIL, 1990, p.19).

Pode-se dizer que o SINASE é resultado de uma construção coletiva, estratégica e democrática que envolveu diversas áreas do governo, como representantes de entidades especialistas na área. Além disso, provoca vários debates e encontros regionais protagonizados em todo o país por operadores do SGD (BRASIL, 2006). O processo de elaboração do SINASE concentrou-se principalmente “No que deve ser feito no enfrentamento de situações de violência que envolva adolescentes enquanto autores de ato infracional ou vítimas de violação de direitos no cumprimento de Medidas Socioeducativas”. (BRASIL, 2006, p. 13).

Atendendo esta demanda complexa, desafiadora e polêmica, sustentando-se nos princípios dos direitos humanos e no ECA, foi desenvolvida a proposta do SINASE. Sua efetivação tem como objetivo o desenvolvimento de ações socioeducativas com bases éticas e pedagógicas que visam o atendimento de jovens e adolescentes em conflito com a lei. Assim, o SINASE é compreendido como um

> [...] Conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de Medida Socioeducativa. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distritais e municipais, bem como todas as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público. (BRASIL, 2006, p. 22).

As medidas socioeducativas tem por objetivo a integração social, e a garantia de direitos individuais e sociais dos que se encontram em conflito com a lei, e “o SINASE constitui-se de uma política pública destinada à inclusão de jovens e adolescentes em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais” (BRASIL, 2006, p. 23). O SINASE atua

> [...] enquanto sistema integrado articula três níveis de governo para o desenvolvimento desse programa de atendimento, considerando a intersetorialidade e a corresponsabilidade da família, da comunidade e do Estado. Esse mesmo sistema estabelece ainda as competências e responsabilidades dos conselhos de direitos da criança e do adolescente, que devem sempre fundamentar suas decisões em diagnósticos e em diálogo direto com os demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, tais como Poder Judiciário e o Ministério Público. (BRASIL, 2006, p. 14)

A aprovação do SINASE representou um grande avanço em termos de políticas públicas destinadas ao atendimento de jovens e adolescentes autores de ato infracional, pois com a integração do SINASE ao processo de MSE possibilitou que o atendimento não se restringisse somente infratores, mas também as suas famílias, com a obrigatoriedade de elaboração do PIA (Plano Individual de Atendimento), artigo 52[5], para a personalização do atendimento ao adolescente. O PIA tem como objetivo possibilitar uma abordagem individualizada que respeite a singularidade de cada socioeducando, assim como, sua história de vida. O PIA também possui o objetivo de garantir a participação da família nas metas e compromissos possíveis no cumprimento da MSE.

O Estado, por princípio e em atenção a todos os sistemas de proteção à infância, adolescência e juventude, procura promover a efetiva participação dos diferentes sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, assistência social, previdência social, esporte, cultura e lazer, segurança pública, entre outras, para o

[5]Art. 52. O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.
Parágrafo único. O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do art. 249 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), civil e criminal. (BRASIL, 2012, p.12).

cumprimento da Doutrina da Proteção Integral destinada aos jovens e adolescentes, mesmo daqueles que se encontram em conflito com a lei (BRASIL, 2006). Para garantir os direitos apresentados pelo ECA

> [...] a política de aplicação das Medidas Socioeducativas não pode estar isolada das demais políticas públicas. Os programas de execução de atendimento socioeducativo deverão ser articulados com os demais serviços e programas que visem atender os direitos dos adolescentes (saúde, defesa jurídica, trabalho, profissionalização, escolarização etc). Dessa forma, as políticas sociais básicas, as políticas de caráter universal, os serviços de assistência social e de proteção devem estar articulados aos programas de execução das Medidas Socioeducativas, visando assegurar aos adolescentes a proteção integral. A operacionalização da formação da rede integrada de atendimento é tarefa essencial para a efetivação das garantias dos direitos dos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas, contribuindo efetivamente no processo de inclusão social do público atendido (BRASIL, 2006, p. 29).

A proposta de socioeducação sistematizada pelo ECA, visa garantir aos que se encontram em conflito com a lei o “acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social” (BRASIL, 2006, p. 46). A criação deste estatuto acarretou uma série de modificações no atendimento, na garantia e proteção à criança e ao adolescente em relação ao antigo Código de Menores, de 1979, no entanto, estas não concretizam uma modificação real no atendimento a este público. É o que Faleiros (1980) entende, ao afirmar que

> Mudam-se simplesmente as categorias de denominação da clientela, buscando significar melhoria. Por exemplo, em vez de menores delinquentes, adota-se a denominação de menores carentes, desadaptados, sem que na realidade, se mudem as instituições e os aparelhos de controle da clientela. (FALEIROS, 1980, p. 58)

A socioeducação como componente da política social, consiste em uma estratégia para amenizar as mazelas sociais provenientes das desigualdades constituídas pelo modo de produção capitalista e da repartição desigual da riqueza socialmente produzida. Ou seja, as medidas socioeducativas buscam satisfazer a necessidade de coesão social procurando manter sob controle a violência gerada no

próprio modo de produção capitalista. Sobre a coesão social do Estado, Faleiros (1980) afirma que

> O Estado é hegemonia e dominação. A hegemonia representa sua capacidade de orientar o conjunto da sociedade, de arbitrar os conflitos entre as classes e os conflitos de classe, de estabelecer uma certa coesão social. Pela dominação, o Estado impõe a repressão e a força *manu militari,* destrói as oposições e resolve os conflitos (FALEIROS, 1980, p.74).

As medidas socioeducativas e a socioeducação são meios elaborados que buscam amenizar os efeitos dessa organização social, visando o controle social. Desta forma, é possível compreender que a política de socioeducação implementada pelo Estado é produto do processo de expressão e acumulação do capital, componente da Política Social, que se constitui como síntese possível das tensões e disputas econômicas, sociais e políticas de um determinado contexto histórico. Segundo Nicodemos (2006) “O ato infracional pode ser compreendido como uma construção política do Estado que tem raízes nas políticas econômicas e sociais desenvolvidas sob a lógica da inclusão e da exclusão” (NICODEMOS, 2006, p. 82). Neste contexto de entendimento, a socioeducação possui contraditória e dialética responsabilidade.

Ao traçarmos o processo histórico do atendimento à criança e ao adolescente no Brasil, podemos observar que desde o Código de Menores de 1927 até o atual Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), as políticas e práticas voltadas para atendimento deste segmento, como as legislações e ações socioeducativas, foram pensadas e elaboradas a partir da compreensão de uma infância e juventude pobre, para então atuar neste contexto como meio de controle e regulação dos mesmos. As legislações e políticas designadas a este público “refletem e refratam todo o processo de organização social, as contradições, as mediações e os avanços, por vezes significativos” (COSSETIN, 2012, p. 67).

Com a modificação da Doutrina de Situação Irregular de caráter correcional-repressivo, para a Doutrina da Proteção Integral*,* as ações voltadas ao público jovem que antes eram repressivas passaram a ser assistencialistas e educativas. Contudo, pode-se verificar que apesar de todas as transformações e avanços trazidos a partir do ECA em relação ao trato à criança e ao adolescente, especialmente para os que se encontram em conflito com a lei, a finalidade das políticas e ações a este público

continuam visando o controle social e a regulação daqueles segmentos, mesmo que sutilmente.

Ao considerar este processo histórico de desenvolvimento das políticas de atenção à infância, adolescência e juventude, percebe-se que antes da Constituição de 1988 havia um ajuste de leis que “substituíam” as anteriores. A partir de 1988 e, especialmente, de 1990 (com o ECA), é possível observarmos um processo de leis e sistemas complementares que caminharam num sentido de uma política ampla e intersetorial da Assistência Social.

1.2 Perspectivas históricas da Educação Física

Neste tópico, evidencia-se um breve levantamento acerca das tendências pedagógicas que marcaram a história da Educação Física, emergente dos séculos XVIII e XIX que no Brasil foi fortemente influenciada pela instituição Militar e pela Medicina (SOARES et al.,1992). Estes orientaram os primeiros conceitos teóricos e práticos da Educação Física que inicialmente era entendida como Ginástica. Ao longo do século XX, algumas tendências da Educação Física Brasileira foram surgindo, se destacando nesse período no cenário educacional brasileiro. Ghiraldelli (1989), apresenta essas concepções históricas, e as identifica em tendências: Higienista (até 1930), Militarista (de 1930 a 1945), Pedagogicista (1945 a 1964) e Competitivista Tecnicista (1964 a 1985).

A princípio temos a tendência compreendida como Higienista, datada entre os anos de 1889 a 1930 que foi bastante influenciada pela medicina e pela eugenia, baseando-se, principalmente, no conhecimento científico e biológico que buscava melhorar as condições de vida da população através do controle comportamental em relação a saúde pública, tendo como principal preocupação os hábitos de higiene e saúde valorizando tanto o desenvolvimento físico quanto o moral, tendo o médico como seu principal personagem (GHIRALDELLI JUNIOR, 1989).

A medicina teve um papel estratégico no desenvolvimento da Educação Física, visto que seus saberes e práticas passaram a sofrer influências da área médica na educação corporal que enfatizava o conhecimento sobre o corpo e a sua utilização, o modo intelectual, moral e sexual dos comportamentos considerados masculinos e femininos (GHIRALDELLI JUNIOR, 1994).

O movimento higienista esteve fortemente presente no cotidiano e vida dos brasileiros no início do século XX, na época a discriminação racial, a exclusão dos deficientes físicos e mentais e a delinquência já se faziam fortemente presentes.

O componente moralizante presente no movimento higienista "prescrevia" normas comportamentais consideradas mais adequadas às populações mais pobres, por consequência aos negros. Nas primeiras décadas do nosso século resquícios do movimento eram encontrados, visto que a população negra era demasiadamente acometida por doenças mentais de origem tóxico-infecciosa, como o alcoolismo e a sífilis, ou seja, um número extremamente maior de pessoas negras sofria com essas doenças em comparação com a população branca. Por isso, criou-se a visão de que negros, mestiços e imigrantes eram "desajustados sociais" e naturalmente candidatos ao crime e ao hospício devido suas condições raciais, evidenciando uma forte discriminação racial e social ainda presente nos dias atuais.

A Educação Física teve um papel de grande importância neste período no cenário social, o de criar corpos saudáveis e capazes de serem vistos como referência (CASTELLANI FILHO, 1988). Porém, para Valter Bracht (1999) a Educação Física estava além da apenas criação de corpos saudáveis, estava voltada para a criação de corpos saudáveis e produtivos, pois a Educação Física era o ideário das necessidades produtivas, das necessidades sanitárias e morais, do corpo deserotizado e dócil, e das necessidades de controle social.

Após a Educação Física Higienista, deu-se início ao paradigma da Educação Física Militarista, que ocorreu entre os anos de 1930 a 1945 tendo como intuito promover a recuperação e manutenção da força de trabalho, a fim de se obter mão-de-obra fisicamente “adestrada” e capacitada no sentido de ordem política, social e econômica (GHIRALDELLI JUNIOR, 1994).

É possível realizar uma conexão dessas tendencias com o processo socioeducativo de adolescentes infratores, quando se observa que tanto o antigo Código de Menores (1927) quanto a Lei de Introdução ao Código Penal (1941), que se faziam presentes nesses períodos possuem características semelhantes as tendencias higienistas e militaristas por serem baseadas na visão de que se fazia necessário a obtenção do controle social da população, principalmente, através do disciplinamento repressivo, moralista e punitivo de “menores”.

A disciplina para os menores infratores e para toda a população, em especial a população jovem e preta, tendo como base a Educação Física militarista não tinha

mais o médico como principal influenciador, nesse momento a ginástica se fazia presente como o principal método de obtenção de corpos fortes e saudáveis e passou a ser o ensino oficial da Educação Física brasileira (CASTELLANI FILHO, 1988), sendo necessária nesse cenário para o desenvolvimento de atividades corporais que preparassem a juventude para defender a pátria, partindo do treinamento militar que objetivava o desenvolvimento da aptidão física, disciplina e respeito, a formação do caráter, coragem e autocuidado (BRACHT, 1997).

No período pós-guerra (1945) a tendência pedagogicista (1945 a 1964) foi predominante no Brasil, com grande importância para a área da Educação Física, sendo o primeiro movimento que buscou a sua valorização na sociedade não somente como prática capaz de promover saúde ou disciplina a juventude, mas como prática eminentemente educativa (GHIRALDELLI JUNIOR, 1994). Apesar de que os ideais da disciplina e da saúde se mantivessem, essa tendência foi marcada pela integralização das perspectivas da Educação Física como ação educativa escolar, legitimada como disciplina curricular, mesmo que seus objetivos como disciplina ainda fossem determinados por instituições alheias à escola, e os interesses dos alunos ainda não fossem considerados.

De acordo com Garcia e Chagas (2011) a Educação Física Pedagogicista apresentou uma nova concepção de Educação Física, reconhecida como educação de caráter liberal que advogava no sentido de que o homem deveria ser instruído de forma integral, ou seja, não somente ser educado cognitiva e afetivamente, mas também no campo físico visando a sua formação como cidadão com valores de acordo com a sociedade vigente. Em um primeiro momento, esta tendência se mostrou como uma nova concepção de Educação Física, mas apesar de sua contribuição não fugiu à reprodução dos ideais conservadores, e o esporte como reflexo das rivalidades influentes da época passou a ser predominante no Brasil.

A influência do esporte na Educação Física colocou as outras práticas corporais em segundo plano, caracterizando as aulas em âmbito escolar como um prolongamento da instituição esportiva com intenção de rendimento atlético. O gosto pelas competições e rivalidades esportivas coincide com o momento político em que nosso país passava. Tamanha era a ênfase aos esportes nesse período que a própria Educação Física era voltada ao treinamento esportivo (GHIRALDELLI JUNIOR, 1994).

O desenvolvimento da Educação Física situado no período militar, anos 70, pode ser compreendido também como área utilizada para fins de propaganda do

governo, sem caráter educativo, onde o ensino de seus conteúdos eram voltados para a valorização do esporte de alto rendimento (CASAGRANDE, 2011), surgindo assim outra manifestação da Educação Física, a Educação Física Tecnicista Competitiva, que perdurou durante o regime da ditadura militar.

A Educação Física Competitivista Tecnicista (pós 1964) pôs em evidência o esporte, este que passou a determinar tanto os conteúdos da Educação Física, quanto o responsável por transmiti-los, estabelecendo relações profissionais que intitulava o professor de Educação Física como “treinador” e o aluno como “atleta” (SOARES et al.,1992). Com ênfase no esporte, as práticas corporais ainda estavam fora dos debates e, consequentemente, da formação de professores da época. Segundo Ghiraldelli Junior (1994), o desporto[6] era considerado a base do processo de formação do professor de Educação Física. Estabelecendo a concepção de que para ser um bom professor da área, o mesmo deveria ter praticado o esporte que ensinava.

A Educação Física Competitivista Tecnicista como falado anteriormente, tinha o esporte de competição como modelo de propaganda política, visando enfraquecer a consciência da população em relação ao momento político vigente (CASTELLANI FILHO, 1988). O esporte em evidência teve significados políticos e ideológicos regulamentados sob a intervenção do Estado com a criação e organização de políticas capazes de promover a manutenção da ordem social e eternização das relações capitalistas. Nesta época, a manutenção da ordem social relacionadas ao adolescente infrator também era de caráter assistencial, porém ainda repressivo (perfil do estado de violência institucional).

No aspecto socioeducativo, pode-se dizer que a Educação Física Competitivista Tecnicista também se utilizava do esporte como meio de manutenção da ordem social no segmento de crianças e adolescentes infratores. Neste período, é possível dizer que o esporte na socioeducação garantia meios para propagandas do governo, visto que era considerado pelo mesmo como ferramenta utilizada para se obter o controle do infrator, e pelo mesmo como escapatória dos seus problemas. Pois o que se destacava positivamente no processo era utilizado como “espelho” do país

[6] “O termo esporte vem do século XIV, quando os marinheiros usavam as expressões "fazer esporte". desportar-se ou "sair do porto" para explicar seus passatempos que envolviam habilidades físicas” (TUBINO,1993, p.8).
“No Brasil, persiste, a divergência sobre a utilização dos termos desporto ou esporte. Como os portugueses usavam desporto, o Brasil, em 1941, optou também por desporto”. (TUBINO,1993, p.9).

que supera suas mazelas e forma sujeitos fortes e vencedores. Por outro lado, os que não “optavam” seguir esse caminho sofriam punições do Estado, pois havia uma linha tênue entre uma Educação Física patriótica espelhada pelo esporte e uma “assistência social” ainda punitiva.

Com o enfraquecimento tecnicista e o surgimento do conhecimento à produção Teórico/Científico, a partir do final dos anos 70 a Educação Física e, consequentemente, o esporte passaram a ser vistos como formas de ludicidade e cooperação assumindo caráter educativo, colocando em questão o “porquê” desta alusão a técnica e ao movimento esportivo na área. Havia uma questão perturbadora para pesquisadores/as neste período sobre o que a Educação Física ensinava e para que ela servia. Desde meados da década de 1980, a Educação Física vem passando por modificações, principalmente, no campo de produção acadêmica e na prática pedagógica dos professores (DARIDO, 2003). Tais modificações fizeram com que o seu verdadeiro papel e objetivos como professores se fizessem presentes em diversos movimentos, não apenas com ênfase nas perspectivas higienistas, militar e esportiva.

Concomitante, é justamente neste período, à luz da denominada “anistia política” e abertura democrática do Brasil (fim dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980) que ocorre a mudança de paradigma da criança e adolescente a quem se atribui um ato infracional e o conjunto de documentos (tanto legais, quanto educacionais) que vão orientando esse paradigma.

É importante reforçar os nexos entre a socioeducação e a Educação Física, quando se fala nas formas de abordagem de adolescentes que cometem algum ato infracional. A história da Educação Física e da constituição da política de atendimento destinada à criança e ao adolescente no Brasil coincidem quando se estabelecem nexos entre elas nas suas formas de abordagens através de leis e tendências pedagógicas que se faziam e fazem presentes juntas mesmo que indiretamente também em nexos históricos não fundados em mera “coincidência” legal ou teórica, mas em nexos articulados e em desenvolvimento.

Em síntese, pode-se observar cinco momentos sócio-históricos que a Educação Física atravessou no Brasil, passando pelo período higienista, militar e o pedagógico, seguido pelo período da Educação Física tecnicista e competitiva e por fim pelo período em que a Educação Física e o esporte eram vistos como momentos de ludicidade e cooperação de caráter educativo que inaugurou o período seguinte, da Educação Física como ciência gerando um conjunto de paradigmas teórico-

metodológicos da área. Pode-se afirmar que a Educação Física vem se diversificando ao longo do tempo e sua história perpassa por diferentes concepções e cunhos ideológicos.

1.3 Os nexos entre a socioeducação e a Educação Física

A Educação Física higienista com sua finalidade de produzir corpos produtivos obtendo o controle comportamental das pessoas e a Educação Física militarista que objetivava a disciplina, o respeito e a formação do caráter coincidem com os alguns dos objetivos da socioeducação vigentes no mesmo período, ou seja, essas formas de controle da população referem-se também ao Código Melo de Matos que, com seu caráter higienista e de proteção da sociedade utilizava em partes dos métodos da Educação Física para obter sucesso em suas estratégias de ensino de caráter controlador e disciplinador, com a finalidade de produção e progresso da sociedade.

A Educação Física pode ser considerada como “disciplina que se utiliza do corpo, através de seus movimentos, para desenvolver um processo educativo que contribui para o crescimento de todas as dimensões humanas” (MEDINA, 1983, p. 34), ou como meio de educação formal ou informal, disciplina acadêmica ou área de conhecimento e profissão (BETTI, 1991) ou ainda como prática pedagógica que se tematiza através de atividades corporais como jogo, esporte, dança e ginástica, áreas de conhecimentos chamadas de cultura corporal (SOARES et al., 1992).

A prática pedagógica da Educação Física surgiu a partir de necessidades sociais concretas identificadas em diferentes momentos históricos. Os exercícios físicos no âmbito escolar surgiram na Europa no final do século XVIII e início do século XIX na forma cultural de jogos, ginástica, dança e equitação, em um período de construção e consolidação de uma sociedade capitalista onde os exercícios físicos ganharam destaque na formação dos alunos enquanto futuros trabalhadores. Dessa forma:

> Os exercícios físicos, então, passaram a ser entendidos como "receita" ê "remédio". Julgava-se que, através deles, e sem mudar as condições materiais de vida a que estava sujeito o trabalhador daquela época, seria possível adquirir o corpo saudável, ágil e disciplinado exigido pela nova sociedade capitalista (SOARES et al.,1992, p.34).

É preciso ressaltar que, em relação as condições de vida e trabalho, com o passar dos anos o entendimento em relação aos exercícios físicos tiveram poucas mudanças em países como o Brasil. O cuidado com o corpo também significava cuidar da nova sociedade, pois a força de trabalho produzida pelo mesmo era vista como fonte de lucro. Ou seja, cuidar do corpo era uma necessidade concreta que devia ser respondida pela sociedade do século XIX e as práticas pedagógicas da Educação Física foram pensadas de forma que atendessem aos interesses da classe social hegemônica que dirigia política, intelectual e moralmente esse período histórico.

Como supracitado no capítulo anterior, no Brasil, especificamente nas quatro primeiras décadas do século XX, houve grande influência dos Métodos Ginásticos e da Instituição Militar. Destaca-se que o auge da militarização da escola e da Educação Física corresponde à execução do projeto de sociedade idealizado que supera suas mazelas e forma sujeitos fortes.

Nesse período de sociedade idealizada, a Educação Física e a socioeducação passaram a possuir nexos com finalidades disciplinares baseadas em instruções físicas de caráter higienista e moralizadoras que visavam o controle da sociedade, pois proteger as crianças e adolescentes que se encontravam em situação de vulnerabilidade estava atrelado a ideia de proteção da sociedade prevista pelo Código de Menores de 1927, a chamada “defesa social”. A criança e a sua interação com o meio eram vistas como salvação da sociedade. De acordo com Rizzini: “(...) educar a criança era cuidar da nação; moralizá-la, civilizá-la. Cuidar da criança e vigiar a sua formação moral era salvar a nação” (RIZZINI,1997, p.27).

Para Oliveira (1983), a Educação Física pode ser caracterizada como um processo individual que desenvolve potencialidades humanas, e como fenômeno social capaz de ajudar a estabelecer relações com o grupo a que pertence. Bracht (1997) tem a dimensão social da Educação Física como prática pedagógica que possui elementos característicos como a ginástica e o esporte, e divide o esporte em duas categorias: esporte de alto rendimento, que tem como característica a aproximação do fenômeno como trabalho, relacionado à vitória e derrota, o esporte como atividade de lazer que tem como característica sua prática como lazer, socialização e saúde que podem ser realizados em momentos de não-trabalho (BRACHT (2005) citado por HIRAMA, 2008, p. 37).

Observa-se ao longo da história da Educação Física que o esporte sempre esteve em evidência, mais precisamente o de alto rendimento. O esporte durante

longo período foi entendido somente pelo aspecto de rendimento, suas perspectivas eram as mais sombrias para o esporte em geral, mesmo que algumas modalidades esportivas como o futebol já fosse profissionalizada, apresentasse grande progresso técnico e crescente interesse por parte da população. Pode-se também caracterizar o esporte em outra categoria de acordo com o entendimento de Tubino (1993), como esporte educação ou esporte educacional que segundo o autor, é nessa categoria de esporte que se percebe o aspecto do esporte de maior conteúdo socioeducativo, por se basear em princípios educacionais como participação, cooperação, co-educação, integração e responsabilidade. Um dos marcos iniciais para a concepção e legitimação do esporte educação foi a Carta Internacional da Educação Física e do Desporto da Unesco lançada em 1978, que apresentou o conceito de esporte educacional ou esporte-educação em seu artigo 2º, ao preconizar que “A educação física e o esporte constituem um elemento essencial da educação ao longo da vida no sistema educacional como um todo” (UNESCO, 2012, p.03).

A Constituinte de 1988 assegurou diversos direitos aos indivíduos, entre eles os direitos e deveres do Estado para com a saúde, a educação, o trabalho, o esporte, o lazer, as artes e a cultura da sociedade. No que se refere ao esporte, a Constituição Federal estabelece que é dever do Estado fomentar suas práticas tanto formais quanto não formais, como direito ao cidadão brasileiro. Além disso, determina que o lazer deve ser defendido como forma de promoção social. A afirmação do esporte e do lazer como direitos, defende um conceito de cidadania que inclui necessariamente, o direito a essas práticas sociais e exige a garantia de sua efetivação por parte do poder público (BRASIL, 1988).

A relação desses deveres do Estado com quem comete um ato infracional se dar a partir do momento em que a Constituição de 1988, também chamada de Constituição Cidadã assumiu a responsabilidade de garantir aos menores de 18 anos os direitos fundamentais e sociais iguais aos adultos, desde que aplicados de acordo com a sua idade, mesmo que estes se encontrem em conflito com a lei, pois encontra-se em seu Art. 217, Título VIII, Capítulo III e Seção III, que é dever do Estado incentivar o esporte e o lazer como forma de promoção social.

Entende-se então que o esporte assim como o lazer, ambos conteúdos da Educação Física devem ser colocados à disposição de todos, pois fazem parte do processo de desenvolvimento humano.

Após a Constituição Federal e a Doutrina de Proteção Integral assegurarem os direitos sociais as crianças e adolescentes, o ECA, dispõe sobre o Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (título II, capítulo IV), reiterando ao Estado o dever de assegurar esses direitos também para os autores de algum ato infracional, visto que são pessoas em desenvolvimento. Propor o esporte para este público segue às premissas legais do ECA sobre os direitos fundamentais e o desenvolvimento de atividades pedagógicas torna-se obrigatória mesmo que a criança e adolescente esteja cumprindo medida de internação segundo o artigo 123[7], parágrafo único, do ECA. O SINASE, prevê ações articuladas em seu artigo 8[8] para garantir que a prática esportiva deve ser promovida em qualquer ambiente da sociedade garantindo a participação de todos.

Compreende-se que o esporte é, portanto, um dos conteúdos da Educação Física mais vigente nos documentos legais que visam o atendimento socioeducativo e pode se manifestar tanto nas praças, ruas, academias, clubes, quanto nas escolas e Centros de Atendimento Socioeducativo, com toda a sua pluralidade de sentidos, seja educacional, performance e lazer. No entanto, quando se fala em Educação Física também se torna evidente toda essa diversidade de sentidos e possibilidades sejam pedagógicas, lúdicas ou culturais.

No sistema socioeducativo é essencial apontar sobre as finalidades básicas de cada atividade e suas interfaces com a cultura corporal do movimento, compreender o conceito e dimensões dos conteúdos da Educação Física e como estes se encaixam nesse sistema. Desta forma, atenta-se para como devem ser tratadas pedagogicamente as atividades expressivas corporais como esporte, dança, brincadeiras, lutas, ginástica e jogos na concepção teórica e prática aplicadas aos que se encontram em conflito com a lei.

Mesmo sofrendo modificações ao longo dos anos de acordo com cada período que a sociedade passou, muitos interesses da Educação Física no sistema socioeducativo permaneceram mesmo que de forma sutil como: a promoção da saúde

[7] Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas. (BRASIL,1990, p. 34).

[8] Art. 8º Os Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). (BRASIL, 2012, p.3).

que era para a criação de pessoas saudáveis para o trabalho; a competência corporal para a defesa da pátria e a formação do ser humano pra defesa social. Nos dias atuais entende-se que os conteúdos da Educação Física no sistema socioeducativo devem ter como finalidade propiciar aos socioeducandos momentos de lazer, aulas com a realização de atividades e exercícios físicos, atividades ligadas ao desenvolvimento de competências e habilidades corporais e colaborar com a formação do indivíduo de forma integral.

CAPÍTULO II – PERFIS DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Neste capítulo, primeiramente serão observadas de forma simplificada algumas características conceituais da infância e adolescência brasileira, para então discorrer sobre as vulnerabilidades que assolam essas fases da vida, e assim descrever os perfis dos mesmos mediante o atendimento de proteção social em cumprimento de Medida Socioeducativa.

De acordo com a legislação brasileira, notadamente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº8.069 de 1990, em seu artigo 2°, considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos incompletos (BRASIL, 1990). Segundo o Ministério da Saúde em consonância com a Organização Mundial da Saúde (OMS) a adolescência se limita entre dez a dezenove anos (WHO, 2003).

A infância se inicia a partir do nascimento e se estende até os onze anos de idade. Essa ideia de infância é uma construção recente, pois por muito tempo, as crianças foram tratadas como adultos. No fim do século XIX, as crianças e adolescentes ainda não possuíam seus direitos diferenciados, visto que a única instituição de assistência voltada ao atendimento dos mesmos era a roda dos expostos[9] (ARIÈS, 1981). Porém, a partir de 1927 com a criação do Código de Menores, a punição de prisão passou a ser permitida aos dezoito anos de idade e a

[9] De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criancinha que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante ou Rodeira – que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido. (MARCíLIO,2006, p.57).

prisão de crianças e adolescentes ficou proibida, e no lugar desta forma de punição passariam a ser aplicadas medidas socioeducativas, como chamamos hoje, às crianças e adolescentes que cometessem algum ato infracional.

O termo adolescência surgiu no final do século XVIII, tendo sua origem etimológica no Latim, composto pelo sufixo *ad,* que significa: para a mais, e o prefixo *olescere*, que significa: crescer. Sendo assim o termo adolescência pode ser entendido como: o crescimento, crescer para, ou, o processo de crescimento (FARIA, 2008).

Para além das similaridades gerais caracterizada pela ciência, a infância e adolescência são compostas por fases, fases que se diferenciam de acordo com o desenvolvimento e as necessidades vivenciadas em cada uma delas. A infância e adolescência de cada pessoa pode se diversificar por diversos fatores, o que permite tratar esses termos no plural, pois em diferentes tempos e culturas receberam tratamentos diversos, na atualidade de acordo com suas classes sociais podem atravessar por essas fases da vida de formas muito distintas.

Segundo os Parâmetros Socioeducativos: proteção social para crianças, adolescentes e jovens (2007), as pessoas nascem, crescem, aprendem e vivem em tempo, local e classes sociais diferentes. Essas variáveis são capazes de influenciar no desenvolvimento e na forma como elas irão enxergar e viver o mundo. Existem crianças que passam fome, crianças obesas, as que vivem em condomínios fechados não conhecendo a rua, e as que têm na rua o seu espaço de lazer ou trabalho, as que possuem alguma limitação física ou mental, as negras, brancas, tantas outras infâncias.

Em termos gerais ainda de acordo com os Parâmetros Socioeducativos divulgados pelo Governo de São Paulo:

> A infância é a fase das descobertas, das muitas novidades. A presença do adulto é indispensável como referência, como guia que acompanha, estimula, coloca limites e assume responsabilidades. A criança é dependente em relação ao adulto cuidador. A análise das situações, o olhar crítico e as escolhas sobre o rumo de sua vida não podem ser exigidas das crianças (BRASIL, 2007, p.33).

Para Eisenstein (2005), a adolescência pode ser definida como um período de transição entre a infância e a vida adulta que se caracteriza pelos impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social, e pelos esforços que o

indivíduo faz com o intuito de alcançar seus objetivos referentes às expectativas culturais da sociedade em que vive.

Como já mencionado, existem uma pluralidade de infâncias e adolescências, existem as que trabalham, as que se encontram fora da escola perambulando entre os carros nas ruas para ganhar o sustento de sua família ou até seu sustento longe dela. Essas infâncias e adolescências segundo Silva e Freitas (2006) caminham o tempo todo sobre o “fio da navalha”, pois são crianças extremamente pobres que se vê às voltas com a necessidade iminente de trabalhar para não passar fome. Essas pessoas, das quais estar sendo “retirada” essa fase da vida, sobrevivem através de suas estratégias de trabalho na rua, no entanto para Silva e Freitas (2006) a rua é lugar de quem “se perdeu” e de quem não quer perder-se, mas se encontra em um lugar de vulnerabilidade, o que para ele significa estar mais próximo da possibilidade de perder-se.

Partindo do entendimento de Silva e Freitas, citados a cima, pode-se utilizar o termo “perder-se” como a inserção da criança e adolescente em situação de vulnerabilidade no mundo do crime, passando a ser visto como infrator, assim denominado pelo fato deste infringir as delimitações estabelecidas pelo código penal brasileiro. De acordo com o ECA (1990), o ato de infringir essas delimitações são delitos cometidos pelo adolescente, e é através do mesmo que as concepções de infância e adolescência mudaram, ou seja, as crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de deveres e direitos em peculiar fase de desenvolvimento que necessitam de proteção integral. Portanto, quem for autor do ato infracional será responsável por ele, mas com direito a um processo legal onde poderá também se defender e ser julgado de acordo com a fase da vida em que se encontra.

As medidas socioeducativas são elaboradas para atender o indivíduo partindo da concepção de que o mesmo se encontra em processo de construção de sua personalidade e que por algum motivo cometeu delito, mas que ainda pode fazer parte de uma sociedade justa, minimizando as possibilidades de continuar a delinquir (OLIVEIRA, 2003).

A Educação Física se faz presente no cumprimento de medidas, e são as concepções de Educação Física e Socioeducação que serão apresentadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO III – AS CONCEPÇÕES DE SOCIOEDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA COM ADOLESCENTES NO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Ao longo do texto buscou-se estabelecer relações entre a história da Educação Física e da socioeducação juntamente com a infância, dando ênfase na regulamentação dos direitos da criança e do adolescente e na inserção dos conteúdos da Educação Física no processo de medidas socioeducativas, para então poder analisar quais as concepções de socioeducação e Educação Física estão inseridas neste processo no Estado de acordo com documentos fornecidos pela Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). Ressalta-se que os dados fornecidos pela fundação não foram suficientes para que a pesquisa tivesse como base estritamente as ações socioeducativas na cidade de Castanhal/Pa, fazendo-se necessário analisar os documentos recebidos a nível estadual.

3.1 – Sobre o Método de investigação e análise

A pesquisa aqui apresentada trata-se de uma investigação fundada no método materialista histórico-dialético, que procura apropriar-se do objeto de estudo (em sua análise e exposição), em seu desenvolvimento e considerando suas determinações várias. Tomou-se como base as fundamentações apresentadas por Gamboa (2000).

Salienta-se que a pesquisa não se restringiu apenas aos documentos que fizeram parte desta investigação isoladamente, mas estabeleceu-se nexos e relações entre os documentos e o conjunto da literatura acadêmica e documental necessária até este momento. Assim, estabelecer nexos entre os documentos significa justamente a sua apropriação não em seu isolamento, mas em seu conjunto. Como afirma Engels (2015):

> Só que o senso comum, um camarada tão respeitável quando se encontra no território caseiro das suas quatro paredes, passa a viver aventuras admiráveis assim que ousa adentrar o vasto mundo da pesquisa; e a concepção metafísica, por mais justificada e até necessária que seja em campos tão vastos, que se expandem de acordo com a natureza do objeto, cedo ou tarde topa com alguma barreira, além da qual ela se torna unilateral, tacanha e abstrata, perdendo-se em contradições insolúveis, **porque diante das coisas individuais esquece o nexo entre elas, diante do ser dessas esquece seu devir e fenecer, diante do seu repouso esquece seu movimento**, porque de tantas árvores não vê o mato. (ENGELS, 2015, p.56- meus destaques).

O materialismo histórico-dialético é o método de análise e descrição da realidade desenvolvido no século XIX por Friedrich Engels e Karl Marx, se configura como uma ferramenta de apreciação e transformação da realidade concreta.

O princípio materialista fundamenta que o homem se tornou ser humano devido as relações materiais que coexistem entre si e a natureza. O materialismo histórico compreende que as verdadeiras fundamentações da sociedade são socioeconômicas. Neste sentido, a história humana é construída por relações políticas de agrupamentos humanos, ou seja, essas relações produzem transformações nas bases materiais (econômicas) dos grupos sociais.

A dialética se configura como princípio que objetiva explicações lógicas e racionais para situações que permeiam a vida humana, como fenômenos naturais, culturais, sociais e do pensamento. Face ao exposto, Gamboa (2000) salienta que “[...] a dialética considera a ação como a categoria epistemológica fundamental”. (GAMBOA, p. 102, 2000).

O princípio dialético baseia-se na concreticidade ao se pautar pela dinâmica sujeito-objeto. O sujeito como observador é um ser que possui consciências e experiências únicas. O objeto pode ser considerado como a “coisa” que se é observada. A relação entre sujeito-objeto, ou seja, a relação entre um ser cognoscente e um objeto cognoscível produz conhecimento. O objeto pode ser considerado algo objetivo e subjetivo ao mesmo tempo, visto que se institui como fonte de conhecimento. Dessa forma, o sujeito analisa e transforma as determinações recebidas do objeto proporcionando novas significações.

Neste trabalho as fundamentações presentes no materialismo histórico-dialético formam a base metodológica da pesquisa. O objeto de estudo apresentado é o nexo existente entre as fundamentações da socioeducação e Educação Física no cumprimento de medidas socioeducativas. Reforça-se que os documentos solicitados em análise são documentos históricos, considerando que documentações de instituições públicas apresentam sínteses de sua história. A FASEPA apresentou seu funcionamento enquanto entidade de MSE e sua breve história, suas descrições são escritas e pensadas por pessoas reais. Todos os documentos apresentados são de origem da FASEPA, entretanto, possuem diversificações de projetos e conceitos apresentados, como por exemplo o conceito de cultura, fazendo-se necessário a

investigação e analise dos nexos entre eles mesmo havendo algumas individualidades e determinações.

Neste sentido, de acordo com Gamboa (1998) o processo de produção do conhecimento ocorre através de mediações que pretendam captar o movimento da realidade sócio-histórica, considerando as particularidades e consignações apresentadas. O pesquisador defende a compreensão do fenômeno estudado em suas relações de interdependência e existência contextual. Face ao exposto Gamboa afirma que:

> a determinação do objeto exige resolver adequadamente o nível de articulação das categorias que determinam a realidade com a qual estabelecemos uma relação de conhecimento. O objeto se modifica segundo se defina um ou outro nível de articulação. Dependendo do nível de articulação, precisamos de determinadas construções teóricas através das quais logramos sua compreensão. Aqui a função das mediações inclui o estabelecimento dos níveis de articulação em que se apresenta a realidade (GAMBOA, 1998, p. 40).

Os documentos obtidos apresentam articulações diversificadas, portanto, considera-se os mesmos em suas perspectivas e movimentos históricos, envolvendo as determinações existentes na construção desses documentos. O princípio histórico do método aqui apresentado propõe compreender o desenvolvimento humano por meio da materialidade das relações históricas, pois nada é atemporal ou a-histórico.

A pesquisa possui como objetivos específicos a identificação e análise dos projetos de socioeducação no estado do Pará com adolescentes em situação de cumprimento de medidas socioeducativas, relacionando com apreciação das interconexões existentes entre os projetos que atuam com a socioeducação e quais os nexos entre Educação Física e socioeducação presentes nas ações socioeducativas no estado. Tais análises se pautam na racionalidade encontrada no princípio dialético, visto que buscou-se estabelecer explicações lógicas. De acordo com Gamboa “nas pesquisas dialéticas, o homem é tido como ser social e histórico; embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é o criador da realidade social e o transformador desses contextos” (GAMBOA, p.103, 2000). Portanto, as análises dos nexos consideraram a realidade humana e social dos indivíduos em MSE através de suas determinações históricas.

3.2 – Descrição detalhada sobre os caminhos realizados

O primeiro passo para a realização dessa pesquisa foi estabelecer contato com as instituições responsáveis pelo serviço de medidas socioeducativas no estado, mais precisamente os centros de referência localizados na cidade de Castanhal-PA, como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). O contato com esses centros se iniciou no dia 14 de abril de 2021 por meio de mensagem de texto enviada a coordenadora do CREAS Castanhal, explicando o motivo de estar lhe escrevendo, a mesma autorizou o envio de um e-mail detalhado para a instituição para então se fazer a verificação de compatibilidade da pesquisa com os serviços oferecidos pelo CREAS.

No dia 16 de abril de 2021, o e-mail foi enviado pelo Prof. Dr. Marcelo Ferreira à coordenadoria do CREAS Castanhal solicitando autorização para conhecermos os documentos orientadores e/ou protocolos de trabalho (cartilhas, formulários, orientação de planejamentos de atividades e afins) e obter o apoio do CREAS na realização da pesquisa.

No dia 19 do mesmo mês tivemos retorno do CREAS informando que no mesmo não há socioeducadores na equipe e nem possui a realização de práticas corporais para com os socioeducandos (diante desta resposta, acredita-se que a finalidade da pesquisa não tenha sido compreendida pela coordenadoria do CREAS). Foi sugerido procurar os CRAS de Castanhal, pois segundo o centro existem educadores na equipe com formação em Educação Física que atuam com o desenvolvimento de atividades de práticas corporais nas medidas socioeducativas e que poderiam contribuir com o desenvolver da pesquisa. Os CRAS de Castanhal que a coordenadora do CREAS sugeriu e enviou os endereços de e-mails para entrar em contato foram: CRAS Apeú, CRAS Jaderlândia, CRAS Propira, CRAS Ianetama, CRAS Santa Helena e CRAS Pantanal.

Os e-mails para os CRAS foram enviados no dia 27 de abril, no entanto o endereço de e-mail do CRAS Pantanal não foi encontrado e não obtive resposta de nenhuma das instituições cujo o e-mail foi enviado. No dia 07 de junho o Prof. Dr. Marcelo Ferreira realizou mais uma tentativa, também não obteve sucesso.

Não obtendo respostas dos CRAS e CREAS de Castanhal, no dia 02 de setembro de 2021 o Prof. Dr. Marcelo Ferreira realizou o primeiro contato com a FASEPA, onde expôs o interesse em realizarmos a pesquisa mediante a ofício

entregue na fundação, dando início ao protocolo de atendimento do local. No dia 16 de setembro do mesmo ano obtivemos o primeiro retorno da fundação solicitando o pré-projeto de pesquisa, no qual segue anexado a este Trabalho de Conclusão de Curso. No dia 12 de janeiro de 2022, foi realizada a reunião no espaço da Diretoria de Atendimento Socioeducativo (DAS) da FASEPA com o Prof. Dr. Marcelo Pereira de Almeida Ferreira e a assistente social da DAS, para obter maiores explicações sobre o projeto de pesquisa e acompanhar o desenvolver do processo de solicitação de coleta de dados da FASEPA realizado através de ofício direcionado ao senhor Luiz Celso da Silva (Presidente da FASEPA).

3.3 – Apresentação da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará e os diálogos estabelecidos com a entidade

No estado do Pará, a Fundação do Bem Estar Social do Pará (FBESP) Lei nº 3.853 de 30 de março 1967, congênere da FUNABEM, foi uma das primeiras instituições públicas a atender a população “carente”, a FBESP não estava diretamente ligada a questão da criança e do adolescente.

Mediante a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e a obrigatoriedade de execução da política de assistência social destinada às crianças e adolescentes, a FBESP em 1993 de acordo com a Lei n° 5.789 passou a denominar-se Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (FUNCAP), porém desde 2011 quando a Lei nº 7.543 passa a regular a estrutura organizacional e as vinculações entre os órgãos e entes no âmbito do Poder Executivo Estadual a fundação passou a chamar-se Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA).

A FASEPA tem como missão “coordenar a política estadual da socioeducação e executar as medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade para a integração social do adolescente” (FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ, s/d).

3.4 – Apresentação e análise dos documentos recebidos

Para a realização da pesquisa a FASEPA disponibilizou cinco documentos que correspondem aos projetos realizados pela mesma com parcerias, tais como:

- Relatório de futebol FASEPA, neste documento é apresentado uma breve descrição de atividade recreativa de futebol realizada na UASE/CESEM (Centro Socioeducativo Masculino);
- Projeto Social Esportivo na Socioeducação, realizado no Complexo Esportivo e Cultural Apoena em parceria com o PAYSANDU SPORT CLUBE;
- Projeto Ressignificando Caminhos na Socioeducação realizado na instituição e no Complexo Esportivo e Cultural Apoena, em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), Ministério Público do Trabalho entre outras instituições;
- Projeto de carnaval maleta na folia da UASE III, realizado na UASE III (Unidade de Atendimento Socioeducativo);
- Projeto Esporte, Cultura e Lazer, este projeto visa a realização de oficinas de esportes e jogos com os socioeducandos;

Expõe-se que as descrições realizadas dos projetos a seguir não sofreram modificações, mantendo a estrutura apresentada pelos mesmos, no entanto, são analisados no decorrer deste tópico.

Relatório de futebol FASEPA, neste documento é apresentado uma breve descrição de atividade recreativa de futebol, realizada na UASE/CESEM (Centro Socioeducativo Masculino). A atividade recreativa é realizada semanalmente, monitorada por uma equipe de monitoria, juntamente com a equipe pedagógica da unidade (não especifica a origem das equipes). A participação dos socioeducandos nesta atividade é avaliada por uma equipe técnica, coordenação técnica e de monitoria. O relatório apresenta a recreação como forma de proporcionar momentos de lazer e de atividade física ao socioeducando que oferecem benefícios como coordenação motora, estimulo do cérebro, o trabalho em equipe, entendimento das regras e convivência social. Este documento por não fazer um relato profundo descritivo de sua criação e desenvolvimento não será objeto de análise da pesquisa.

O **Projeto Social Esportivo na Socioeducação**, realizado no Complexo Esportivo e Cultural Apoena em parceria com o PAYSANDU SPORT CLUBE, oferece como modalidade o futebol de salão masculino (futsal). Possui como objetivo geral a consolidação dos ensinamentos de valores, atitudes e habilidades relacionadas a um

projeto de sociedade de paz e no desenvolvimento integral dos socioeducandos através da utilização da prática esportiva do futsal.

Como objetivos específicos o projeto visa o aprimoramento de aptidões esportivas através de treinamentos específicos do futsal profissional, oportunizar a participação dos socioeducandos em campeonatos para interação dos mesmos com os jovens da escolinha do Paysandu Sport Clube, possibilitar a participação em seletivas das equipes de base promovidas pelo Paysandu Sport Clube e o fortalecimento da prática esportiva do futsal como meio de inclusão social.

O Projeto Social Esportivo na Socioeducação foi desenvolvido com a finalidade de abranger os socioeducandos das Unidades de Atendimento Socioeducativo (UASE's) na Região Metropolitana de Belém. As unidades participantes do projeto são: UASE I, UASE II e UASE III localizadas no município de Ananindeua; CESEM, CAS I e CAS II (Centro de Adolescentes em Semiliberdade) no município de Belém; UASE Benevides no município de Benevides.

O projeto é desenvolvido ao longo de seis meses e proporciona aos socioeducandos uma hora de atividade para cada turma, duas vezes por semana.

A execução do projeto se organiza em três fases: a primeira fase consiste na avaliação documental dos socioeducandos realizadas pelas equipes interdisciplinares das UASE's, com intuito de avaliar critérios importantes para sua seleção, como o tempo e a fase de atendimento em que se encontra no cumprimento da medida, experiências físico-esportiva formal e informal vividas antes e durante o cumprimento de MSE e principalmente o interesse do socioeducando em participar do projeto.

Na segunda fase, são oferecidos aos socioeducandos e aos servidores das UASE's e do Complexo Apoena vivências de ambientação e familiarização com a apresentação do projeto, e ocorre a capacitação dos representantes do Paysandu Sport Clube para orientá-los a respeito da socioeducação.

A terceira fase se configura pela realização propriamente dita do projeto, fase de treinamento e realizações de assembleias. Os treinamentos são desenvolvidos ao longo de seis meses com duração de uma hora de atividade para cada turma, duas vezes por semana, sendo a presença dos socioeducandos nas assembleias um dos requisitos para a sua permanência no projeto. Os treinamentos são realizados pelo Técnico-Treinador do clube Paysandu Sport Clube e as assembleias são conduzidas pelo professor e estagiário de Educação Física do complexo Apoena com abordagens

relacionadas ao fair play (jogo limpo) alinhados as diretrizes do eixo esporte, cultura e lazer previstos no ECA e SINASE.

Dentre os direitos garantidos ao esporte, cultura e lazer pelo ECA (art.4 e art.59) e pela tiragem do SINASE (2006) eixo 6.3.4 do item 6.3.4.1, o Estado deve:

> 4) propiciar o acesso dos adolescentes a atividades esportivas e de lazer como instrumento de inclusão social, sendo as atividades escolhidas com a participação destes e respeitados o seu interesse; 5) assegurar no atendimento socioeducativo espaço a diferentes manifestações culturais dos adolescentes; 6) possibilitar a participação dos adolescentes em programas esportivos de alto rendimento, respeitando o seu interesse e aptidão (exceto internação provisória); 7) promover por meio de atividades esportivas, o ensinamento de valores como liderança, tolerância, disciplina, confiança, eqüidade étnico-racial e de gênero. (BRASIL, 2006, p. 60).

O Projeto Social Esportivo na Socioeducação visa alcançar os adolescentes através do esporte de alto rendimento de forma que os valores contidos nesta perspectiva contribuam no processo de ressocialização. A implementação do projeto teve como base na sua formulação o Capítulo IV do ECA que preconiza o “Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer” e utilizou-se o artigo 124 inciso XII do mesmo, para direciona-lo aos adolescentes privados de liberdade, o artigo expõe que “São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes: XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.” (BRASIL, 1990, p.34).

Este projeto desenvolve atividades baseadas no esporte de alto rendimento conforme as orientações técnicas descritas no SINASE na garantia dos direitos ao esporte citadas acima. Como destacado no capítulo 2, o esporte durante longo período foi entendido apenas por seu aspecto de alto rendimento, mas nos dias atuais pode-se verificar o esporte inserido também em contextos formais e informais. No contexto socioeducativo pode-se criar momentos de aprendizagem através do esporte, partindo da premissa de que o esporte é um meio educativo.

Para o socioeducando participar do projeto como descrito na primeira fase, o mesmo passa por uma seleção que avalia experiências físico-esportivas e o seu interesse em participar, características importantes para sua inserção. O projeto utiliza o esporte de alto rendimento como mecanismo de socioeducação e cumpre seus objetivos no que diz respeito a possibilitar a participação dos adolescentes em programas esportivos de alto rendimento e respeitar seus interesses e aptidões. No

entanto, partindo do entendimento de que os esportes de alto rendimento por si só possuem características seletivas que evidenciam os mais fortes e ágeis. Avaliar experiências físico-esportivas é desconsiderar o motivo do socioeducando não possuir tais características, ou seja, porque ele não teve contato com o esporte mesmo que informalmente, e como isso pode ser resolvido, fator que pode influenciar no seu interesse pelo projeto.

Pode-se dizer que o projeto tem como característica inicial a reinclusão social de adolescentes em cumprimento de MSE, mas que se utiliza de mecanismos seletivos, ou seja, o adolescente que possuir experiências com o esporte participa do projeto o que não possuir não é selecionado. A descrição do projeto não deixa claro quanto a este fator, mas também não oferece outros mecanismos para a inserção do adolescente que ainda não teve contato com o esporte, mas que possui interesse em participar, e de como os ensinamentos previstos nos objetivos do mesmo são repassados para os não selecionados.

A realização do treinamento e das assembleias se configuram como a terceira fase do projeto e pode-se dizer a mais importante, pois é o projeto na prática. Vale questionar o quanto estes dois momentos estão relacionados, visto que a descrição do projeto deixa claro que esses momentos são proporcionados por departamentos diferentes, porém não evidencia a participação de ambos tanto no desenvolver do treinamento quanto na realização das assembleias.

A participação do Técnico Treinador do clube Paysandu Sport Clube e do professor e estagiário de Educação Física do complexo Apoena tanto no treinamento quanto nas assembleias são de fundamental importância no desenvolver do projeto, pois como descrito no capítulo 2, adolescentes em cumprimento de MSE possuem singularidades e perfis diferentes dos que não se encontram no cumprimento de medidas, o que implica na forma como os ensinamentos devem ser repassados. Sugere-se que este mesmo pensamento se aplique na participação do professor e estagiário de Educação Física durante o treinamento, visto que a atuação *in loco* das etapas de treinamento evidenciaria não apenas as práticas de fair play contidas no esporte ao longo do desenvolver das atividades, mas outros temas importantes, sendo as assembleias uma extensão dos ensinamentos repassados em campo.

O **Projeto Ressignificando Caminhos na Socioeducação** realizado na instituição FASEPA e no Complexo Esportivo e Cultural Apoena é responsável por nortear desde o ano de 2015 as ações promovidas pela FASEPA na execução e

coordenação da Política Estadual de Atendimento Socioeducativo, essas ações são estruturadas em quatro temas específicos: “Diálogos Temáticos”, “Costurando Futuros”, “Talentos” e “Vidas”, apresentados brevemente abaixo.

Ação Diálogos Temáticos (Diálogos da Socioeducação: Discussão do SINAS por Eixo e Encontros Temáticos: Discussão do SINASE com os atores da Política de Atendimento Socioeducativo). Esta ação viabiliza diálogos e reuniões técnicas com o intuito de promover a implementação de políticas públicas da socioeducação, essas reuniões e diálogos são estabelecidos com o governo, especialmente Estado e Municípios, com o sistema de justiça, as famílias dos socioeducandos e a sociedade civil.

Esses diálogos são desenvolvidos com diferentes temáticas como: Espiritualidade; Atenção as Famílias; Atenção aos Egressos; Segurança na Socioeducação; Justiça Juvenil Restaurativa; Saúde e Educação. Com o desenvolver desses diálogos a FASEPA já alcançou alguns resultados em todos os temas citados, como exemplo destas conquistas vale ressaltar a área da saúde que obteve a efetivação do Plano Operativo Municipal (POM) do município de Ananindeua e encaminhamentos para efetivação do POM nos municípios de Benevides e Belém, que garante atendimento de saúde tanto dentro das unidades de atendimento quanto fora delas.

Alguns resultados também foram obtidos na educação com desenvolver do Seminário Educação Formal no contexto da Socioeducação, que fortaleceu o atendimento de adolescentes e jovens em cumprimento de MSE da Escola “Antônio Carlos Gomes da Costa” com sede nas unidades de atendimento, possibilitando a ampliação no número de matrículas. Na educação destaca-se ainda a implementação do Sistema de Informação da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) que monitora o aluno da socioeducação em seu percurso escolar.

Ação Costurando Futuros (Educação Formal/Escolarização, Educação Profissional: Empreendedorismo, Trabalho e Renda, Educação Ambiental: Ações Socioambientais Terra Viva e Egressos: Sustentabilidade). Esta ação possibilita a inclusão social para o mercado de trabalho de forma sustentável com participação das famílias dos socioeducandos por meio de uma educação que fortaleça os valores de identidade cultural e social dos mesmos.

Esta ação viabiliza a educação profissional aos socioeducandos, possibilitando a oferta de cursos profissionalizantes, além de ofertar a educação

ambiental vista no projeto como ferramenta indispensável para a transformação do socioeducando, capaz de promover consciência ambiental e sustentável voltada para melhor qualidade de vida, restabelecendo a condição humana do socioeducando e preparando-o para o mercado de trabalho junto a sua família.

Ação Talentos (Esporte e Lazer: Potencialidades e cidadania; Arte e Cultura: Oficinas de arte, Cultura, Sarau Literário, Auto do Círio). Esta ação tem como objetivo assegurar o direito a arte e cultura, esporte e lazer, orientado pela doutrina da proteção integral que tem como intuito o desenvolvimento da relação social e de cidadania do socioeducando, e o desenvolvimento de outras potencialidades que podem ser garantidas através do acesso ao esporte e ao lazer, bem como à arte e cultura para o seu desenvolvimento integral.

Na ação Talentos, o socioeducando tem acesso aos conhecimentos de arte e cultura por exibições do cinema nacional e amazônico. A FASEPA possui o grupo “Talentos da FASEPA” que conta com a participação de socioeducandos e socioeducadores em apresentações em eventos públicos. No item cultura e lazer são vivenciadas a cultura e o costume local de suas cidades. Além disso, o projeto também utiliza as datas comemorativas para interagir com os socieducandos e suas famílias, junto com servidores e a comunidade.

O projeto conta com o espaço do Complexo Esportivo e Cultural Apoena para a realização das atividades de esporte, lazer, arte e cultura dos adolescentes em cumprimento de MSE. São realizadas oficinas de danças, percussão, música, teatro e eventos realizados pela FASEPA como: Recreio de Verão, Carnaval da Socioeducação, Páscoa, Arraial da Socioeducação, entre outros.

O projeto tem como justificativa o fato de que esse momento proporciona para o adolescente em conflito com a lei o seu desenvolvimento pessoal e social, e contribui para que eles sejam capazes de reescrever seus projetos de vida, seguindo os conhecimentos adquiridos através das manifestações do esporte, lazer, arte e cultura na perspectiva do exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

A quarta e última ação desenvolvida pelo projeto se chama: VIDAS (Convivência Familiar e Comunitária: Atenção às Famílias; Assistência Espiritual: Vivencia de Sentimentos; Religiosidade; Justiça Juvenil Restaurativa: Práticas restaurativas; Saúde e Bem Estar: Atenção Humanizada e Bem Viver). Esta ação tem como ponto de partida o direito à vida, que através de abordagens caraterizadas como

assistência espiritual, práticas restaurativas, saúde e bem estar e serviços de saúde, visa atender tanto os socioeducandos quanto suas famílias e a comunidade.

A espiritualidade no projeto tem como objetivo promover a vivência de sentimentos e o fortalecimento da fé no processo de ressocialização. A abordagem restaurativa, como o próprio nome já diz, busca restaurar os danos causados pelo ato infracional com a realização de círculos restaurativos que ensinam a importância dos vínculos familiares e comunitários e de respeitar as leis e normas institucionais. Na abordagem de Saúde e Bem Estar a FASEPA garante um tratamento humanizado nos diferentes espaços de atenção à saúde e nas Unidades de Atendimento Socioeducativo.

Ao realizar-se uma análise das ações desenvolvidas neste projeto, percebe-se que as ações são desenvolvidas separadamente, ou seja, não possuem conexão uma com a outra, de forma que uma ação seja continuidade da outra. O direito a vida, enfatizado somente na ação VIDAS, poderia ser colocado em evidencia em todas as outras ações, sendo o ponto de partida no desenvolvimento do projeto pelo fato de que todo ser humano possui um histórico de vida, pertencem a um grupo familiar e social, e possui direitos garantidos na Constituição Federal. Dessa forma, os aspectos sociais, econômicos e culturais devem ser considerados, pois interferem no processo de garantia do direito à vida.

O Art. 5º da Constituição Federal de 1988 garante a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, o direito à vida. O mesmo afirma que todos são iguais perante a lei e assegura a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988). O direito à vida é o mais fundamental, pois para que todos os outros direitos possam ser assegurados este não deve ser violado. Pode-se considerar que este direito possui no mínimo duas vertentes, o direito a continuar vivo, ligado à integridade física do indivíduo, e o direito de subsistência, direcionado ao direito de prover à própria existência através do trabalho. O trabalho pode estar relacionado a arte e cultura, esporte e lazer, e a qualificação profissional.

Faz-se necessário que o eixo esporte, cultura e lazer sejam abordados também na perspectiva da qualificação/preparação para o trabalho, possibilitando que a arte e cultura não sejam apenas conteúdos informativos, mas que sejam inseridos na vertente do trabalho, ou seja, que os fundamentos presentes, principalmente, na arte sirvam como mecanismos de preparação e formação profissional individual,

promovendo que indivíduos socialmente excluídos possam garantir renda através de trabalhos que envolvam, por exemplo, a escrita, o desenho, os trabalhos artesanais como confecção de biscuits e decoração, material reciclado com tecidos etc. Tais trabalhos envolvem a arte e apresentam nuances culturais de cada indivíduo.

O **Projeto de Carnaval Maleta na Folia da UASE III**, foi desenvolvido com o intuito de propiciar aos socioeducandos conhecimento artístico e cultural através das vivências culturais do carnaval e da apresentação de como esses aspectos culturais influenciaram na cultura brasileira, como essas manifestações carnavalescas estão inseridas no contexto social. Além disso, expõe as marchinhas de carnaval e sua evolução dentro do repertório carnavalescos (músicas, blocos, fantasias e histórias).

Esses conhecimentos são passados aos socioeducandos através de: Palestra (Combate as drogas e alcoolismo); Festa alusiva ao carnaval da UASE III, com apresentação de peça teatral maleta na folia; Círculo de debate com os socioeducandos e desfile de fantasia; Programação lúdica com jogos de tabuleiro e futebol recreativo; Momentos reflexivos (louvor nos blocos, visita familiar, estudo bíblico, bingo recreativo); Curso de panificação e eletricista. O projeto não deixa claro como esses momentos são desenvolvidos e se possuem uma narrativa de caráter educativa juntamente com o lúdico.

O projeto maleta na folia propicia aos socioeducandos a vivência do carnaval, baseado no artigo 59 do ECA, que expõe que “Os municípios, com apoio dos Estados devem facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude” (BRASIL,1990, p.19).

Embora o projeto não exiba em seus objetivos a importância da dança (componente fundamental do carnaval) no processo de socioeducação, ressalta-se que o ensino da dança dentre tantas possibilidades de abordagem dentro da Educação Física pode se manifestar através do samba e do carnaval, proporcionando momentos que permitem aos socioeducandos reflexões acerca das manifestações socioculturais e das próprias vivências corporais, além de contribuir para a sua formação como sujeitos críticos, criativos, autônomos e integrados culturalmente, inclusive na perspectiva do trabalho e da renda (JUNQUEIRA; DIAS; CONCEIÇÃO, 2013),

O **Projeto Esporte, Cultura e Lazer**, aponta como justificativa apenas o conceito de cultura exposto no projeto como produto da sociedade, da coletividade à qual os indivíduos pertencem, antecedendo-os e transcendendo-os. Diz ainda que

todo e qualquer indivíduo nasce no contexto de uma cultura, não existindo homem sem cultura, mesmo que este não saiba ler, escrever e fazer contas.

O projeto tem como objetivo geral contribuir no processo de ressignificação dos socioeducandos em cumprimento de MSE e aponta que a Educação Física tem como principal objetivo garantir a inserção e a intervenção do socioeducando na esfera da cultura corporal de movimento[10] durante o processo socioeducativo.

As atividades desenvolvidas no projeto são oficinas sobre ginástica de condicionamento físico, jogo, luta e esporte, jogos recreativos e competitivos na ação individual e coletiva, como jogos de tabuleiro e mesa (dama, dominó), futsal, tênis de mesa, voleibol, badminton e atletismo, o ensino dos fundamentos básicos de cada modalidade e da luta do Karatê que de acordo com o projeto é considerado como ferramenta de transformação.

As atividades elencadas no projeto não evidenciam a forma como as mesmas ocorrem na prática, isto é, não caracteriza como a utilização dos jogos apenas de forma recreativa (sem considerar o lúdico como ferramenta de aprendizagem) e até mesmo do Karatê considerado por eles como “mecanismo transformador” contribuem para que os socioeducandos estejam incluídos na coletividade sociocultural brasileira. É importante que o projeto apresente uma descrição detalhada de como a atividade voltada para a luta karatê é executada, visto que tal luta faz parte das práticas corporais em que se exige confronto direto em que pode se dar tanto na perspectiva da violência quanto do cuidado.

Este projeto possui um rol significativo de atividades voltadas para as práticas corporais, porém não existe um conceito de esporte. Na justificativa se dá ênfase somente ao termo cultura e vale ressaltar que o conceito de cultura trazido neste projeto se diferencia e não orienta os projetos da FASEPA já citados. O referencial de cultura utilizado na elaboração dos projetos poderia ser o termo apresentado no Projeto Esporte, Cultura e Lazer, visto que a cultura em seu aspecto conceitual não é apresentada em segundo plano na justificativa do mesmo, no entanto as atividades nele descritas e desenvolvidas expõem momentos direcionados ao esporte e lazer sem que haja correlação com aspectos culturais.

[10] Não há referências no projeto se a expressão “cultura corporal de movimento” é a concepção teórico-metodológica da educação física também conhecida como “educação física emancipatória” de Eleonor Kunz.

Os projetos desenvolvidos pela FASEPA visam abranger todos os direitos voltados para o esporte, cultura e lazer garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo no cumprimento de MSE, através também dos conteúdos da Educação Física. No entanto, os projetos são desenvolvidos por equipes e períodos distintos, não sendo especificado se há participação do professor de Educação Física e como ela se dá ou se daria na elaboração dos projetos.

Estabelecer nexos entre os projetos significa enfatizar o motivo pelo qual estão sendo desenvolvidos de forma que um possa complementar ou suprir o outro, dando continuidade aos conteúdos repassados e assim atingir o objetivo principal que é a ressocialização dos indivíduos através dos conceitos de esporte, cultura e lazer inseridos na MSE.

Os conteúdos da Educação Física inseridos no contexto socioeducativo, devem ser planejados pelo professor partindo do entendimento de qual saberes se deseja passar aos adolescentes com as atividades desenvolvidas, pois definir as atividades que serão realizadas, os espaços, os materiais apropriados e as formas de avaliação que se enquadrem nos direitos descritos no ECA ou SINASE vão além do fazer motor ou da habilidade esportiva do socioeducando.

A inclusão de atividades que proporcionam momentos de experiências e vivências dos esportes, das brincadeiras, dos jogos, das lutas, das danças e das ginásticas devem fazer parte do planejamento do professor não apenas para diversificar os conteúdos, mas também para aprofundar os conhecimentos que podem ser transmitidos através do desenvolver das atividades, garantindo a efetividade dos atendimentos realizados pelos projetos, com estratégias adequadas que aproximam os conteúdos e suas significações na cultura corporal. Por exemplo, ao propor as lutas, o professor de Educação Física deverá apresentar o conhecimento sobre as lutas para além das competências motoras (o saber fazer), abordando como foi o seu surgimento na cultura brasileira, as transformações ao longo da história, de forma que possa auxiliar no processo socioeducativo. Outro exemplo é o futebol que segundo Darido e Souza Júnior, deve

> [...] ir além do saber fazer (técnicas e táticas), mas abordar a sua presença na cultura, as suas transformações ao longo da história, a dificuldade da expansão do futebol feminino (causas e efeitos), a mitificação dos atletas de futebol, os grandes nomes do passado, a

> violência nos campos de futebol etc. Ou seja, é preciso ir além do costumeiro jogar (DARIDO; SOUZA JÚNIOR, 2007, p. 18).

A Educação Física além de desenvolver competências motoras, físicas e ou musculares, seja na escola ou em projetos socioeducativos, deve realizar um resgate histórico, cultural e político dos conteúdos abordados para proporcionar ao educando seu próprio posicionamento na história das sociedades e, consequentemente, na sua história pessoal.

No planejamento pedagógico do professor de Educação Física junto a projetos socioeducativos, faz-se necessário buscar estratégias metodológicas educacionais coerentes com o contexto social e a realidade a qual o socioeducando se encontra, para que os processos de ensino-aprendizagem se efetivem além da instrução e/ou aquisição de habilidades específicas. Visto que a forma, os meios e a intencionalidade dada aos projetos irão determinar a função social dada ao mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho buscou-se estabelecer nexos entre a Educação Física e a socioeducação. Realizou-se um breve levantamento histórico sobre a socioeducação e a Educação Física, para então analisar as concepções de ambas em adolescentes no cumprimento de medidas socioeducativas mediante os projetos desenvolvidos pela Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA).

As medidas socioeducativas envolvem um trabalho interdisciplinar e intersetorial entre a assistência social, a justiça, as legislações, a comunidade nas suas singularidades, a religião, a família e que envolve educadores de diferentes áreas, especialmente a área da Educação Física. Entretanto, os projetos que foram investigados ao longo desta pesquisa através dos documentos fornecidos pela FASEPA ainda carecem de interdisciplinaridade, visto que o conceito de cultura é apresentado e interpretado de diferentes formas na elaboração de projetos desenvolvidos com a mesma finalidade que é a ressocialização de adolescentes em conflito com a lei.

O conceito de cultura trazido no Projeto Esporte, Cultura e Lazer como apontado no capítulo três poderia ser o referencial de cultura utilizado para a elaboração dos quatro projetos analisados, assim como o direito à vida enfatizado somente no Projeto Ressignificando Caminhos na Socioeducação, considerando que tais projetos são desenvolvidos pela mesma instituição apesar de possuírem parcerias distintas. Portanto, projetos desenvolvidos por uma mesma instituição mesmo se utilizando de meios diferentes, mas que possuem a mesma finalidade devem manter coerência entre seus conceitos e estrutura de forma que dialoguem entre si.

Projetos desenvolvidos que visam a ressocialização de indivíduos devem possuir características reeducadoras para reintegrar e proporcionar vivências que priorizem o interesse do socioeducando, sem que haja seletivas de características físicas e que considerem, principalmente, o porquê do indivíduo não possuir aproximações com o tema da atividade abordada, para que se priorize a inclusão do indivíduo nas vivências e que os conteúdos e os saberes das mesmas atribuídas ao processo socioeducativo sejam repassados para todos os socioeducandos e não somente para os que querem participar da atividade na prática.

A Educação Física passou por modificações ao longo do tempo como descrito no capítulo I, passando por períodos em que se objetivava o controle da população, a disciplina e a produção de pessoas saudáveis visando a produção e o progresso da sociedade, nesses momentos da história o ensino dos métodos ginásticos estavam em evidência. O direito ao esporte, cultura e lazer, conteúdos da Educação Física assegurados em lei aos socioeducandos, permite que a Educação Física no contexto socioeducativo vá além do fazer motor, podendo ser uma ferramenta para a incorporação de valores aceitos pela sociedade que se diversifica de acordo com os saberes que o professor deseja repassar ao planejar a atividade.

Verifica-se a Educação Física no cumprimento de MSE inserida nos eixos esporte, cultura e lazer que são direitos assegurados pelo ECA e SINASE. Esses direitos são abordados nos projetos analisados em sua maioria como atividades em segundo plano e de caráter informativo, sem que haja perspectiva de se desenvolver meios de subsistências através das práticas corporais além do esporte de alto rendimento.

A Educação Física não é uma fórmula mágica, mas um excelente instrumento na ressocialização de jovens infratores. Assim, salienta-se a importância da intervenção do professor para construir esse processo, sendo necessária a participação do mesmo tanto na elaboração quanto na realização do projeto, pois os conteúdos devem ser planejados com o intuito de proporcionar momentos de experiências e vivências dos esportes, das brincadeiras, dos jogos, das lutas, das danças e das ginásticas não apenas para diversificar os conteúdos, mas também com estratégias adequadas que aproximam os conteúdos e suas significações na cultura corporal, realizando um resgate histórico, cultural e político dos conteúdos abordados.

Esta pesquisa considerou exclusivamente como objeto de análise os documentos recebidos pela FASEPA, se há mais informações sobre a forma como esses projetos acontecem e como os conteúdos dos mesmos são repassados mediante as atividades desenvolvidas, não estava no horizonte da investigação inteirar-se disso.

Estas não pretendem ser considerações finais, mas sim apontamentos que contribuam para que a Educação Física inserida no processo socioeducativo seja apresentada para além do desenvolvimento de competências motoras, físicas, musculares ou por mero entretenimento, mas que seja apresentada através de resgates históricos, culturais e políticos dos seus conteúdos para que proporcione ao

socioeducando seu próprio posicionamento crítico acerca dos variados assuntos presentes na sociedade.

Singularmente, este trabalho mostrou quão necessário, difícil e importante é o diálogo da Educação Física com outras áreas de conhecimento no que diz respeito a sua produção de ciência como, por exemplo, o diálogo com a assistência social que se configura como área histórica que possui uma produção intelectual potente.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BETTI, Mauro. **Educação Física e Sociedade**: a Educação Física na escola brasileira de primeiro e segundo graus. 1 ed. São Paulo: Movimento, 1991.

BRACHT, Valter. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física**. Campinas: Cadernos CEDES, v.19, n. 48, p. 69-88, ago,1999. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/3NLKtc3KPprBBcvgLQbHv9s/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRACHT, Valter. **Educação física e aprendizagem social**. 2 ed. Porto Alegre: Editora Magister Ltda,1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Lei n° 4.242, de 05 de janeiro de 1921.Fixa a Despesa Geral dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1921. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília/ DF, ano 1921, p. 227.

BRASIL. Decreto-lei n° 16.272, de 20 de dezembro de 1923. Aprova o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília/DF,1923, p. 32391.

BRASIL. Decreto-lei n° 17.943-a, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. **Planalto**. Brasília/DF, 1927. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>. Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. Decreto-lei n° 3.799, de 5 de novembro de 1941. Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. **Câmara dos Deputados.** Brasília/DF,1941. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-norma-pe.html>. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL. Decreto-lei n° 3.914, de 09 de dezembro de 1941. Lei de introdução do Código Penal (decreto-lei n. 2.848, de 7-12-940) e da Lei das Contravenções Penais (decreto-lei n. 3.688, de 3 outubro de 1941). **Planalto**. Brasília/DF, 1941. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3914.htm>. Acesso em: 11 set. 2021.

BRASIL. **Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará**. Lei n° 5.789, de 22 de dezembro de 1993. Cria a fundação da criança e do adolescente do Pará-FUNCAP, e dá outras providências. Disponível

em:<http://www.fasepa.pa.gov.br/sites/default/files/Lei%205.789-1993%20-%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20FUNCAP.pdf >. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. **Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará**. Lei n° 7.543, de 20 de julho de 2011. Dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa vinculações no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Disponível em:<http://www.fasepa.pa.gov.br/sites/default/files/Lei%207.543-2011%20-%20Reorganiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Estado%20-%20FASEPA.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. Governo do Estado do Paraná. Pensando e Praticando a Socioeducação – **Cadernos do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP**. Curitiba: Impressora Oficial do Estado do Paraná, 2007.

BRASIL. Lei nº 5.439, de 22 de maio de 1968. Altera a Lei n° 5.258, de 10 de abril de 1967, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências. **Planalto**. Brasília/DF, 1968. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5439.htm#art1>. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. Lei n° 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. **Planalto**. Brasília/DF, 1979. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Câmara dos Deputados**. Brasília/DF, 2012. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12594-18-janeiro-2012-612303-publicacaooriginal-134972-pl.html>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964. Autoriza o poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências**. Planalto**. Brasília/DF, 1964. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4513.htm>. Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Planalto**. Brasília/DF, 1990. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 08 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e dá outras providências.

Câmara dos Deputados. Brasília/DF, 1991. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8242-12-outubro-1991-365110-norma-pl.html>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Planalto.** Brasília/DF, 1993. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL**.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Planalto**. Brasília/DF, 1996. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 15 nov. 2021.

BRASIL. Prefeitura da cidade de São Paulo. Parâmetros socioeducativos – proteção social para crianças, adolescentes e jovens: **Igualdade como direito, diferença como riqueza**. CENPEC – São Paulo: SMADS; CENPEC; Fundação Itaú Social, 2007.

BRASIL. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo** -SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

CASAGRANDE, Carlos Roberto. **Tensões entre currículo, educação física e desporto escolar**: o significado educativo dos jogos escolares no contexto da escola. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2011.

CASTELLANI FILHO, L**. Educação Física no Brasil**: A História que não se conta. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1988.

CHAGAS, Camila dos Santos; GARCIA, Jeferson Diogo de Andrade. Educação Física no Brasil: apontamentos sobre as tendências constituídas até a década de 80. **Revista Digital.** Buenos Aires, v. 15, n. 154, 2011. Disponível em: <https://efdeportes.com/efd154/educacao-fisica-no-brasil-tendencias-constituidas.htm>. Acesso em: 22 ago. 2021.

COSSETIN, Márcia. **Socioeducação no Estado do Paraná**: os sentidos de um enunciado necessário. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, PARANÁ, 2012.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física na escola**: questões e reflexões.1 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2003.

DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JÙNIOR, Osmar Moreira de. **Para ensinar educação física:** Possibilidades de intervenção na escola. Campinas, São Paulo: Papiros, 2007.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência e saúde**, v. 2, n. 2, p. 6-7, 2005.

ENGELS. Friedrich. **Anti-Dühring:** a revolução da ciência segundo o Senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo, 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista:** as funções da previdência e assistências sociais. 1 ed. São Paulo: Editora Cortez, 1980.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33-98.

FARIA, Simone Menezes de. **Adolescência:** um conceito de estágio de desenvolvimento. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. 2008.

FRIZZO, Kátia Regina; SARRIERA, Jorge Castellá. O Conselho Tutelar e a rede social na infância. **Psicologia USP**, v. 16, n. 4, p. 175-196, 2005. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/pusp/a/gRKFwmFtSs5zWg54Mbhhd3L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ. **Institucional (Missão)**. s/d. Governo do Estado do Pará, 2022. Disponível em:<http://www.fasepa.pa.gov.br/?q=institucional>. Acesso em: 22 nov. 2021.

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ. **Unidades de Atendimento Socioeducativo**. s/d. Governo do Estado, 2022. Disponível em:<http://fasepa.pa.gov.br/?q=node/79>. Acesso em: 13 mai. 2022.

GAMBOA, Sílvio Sánchez. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: Ivani Fazenda (Org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 91-116.

GAMBOA, Sílvio Sánchez. **Epistemologia da pesquisa em Educação Física.** Campinas: Práxis, 1998. Disponível em:<http://www.geocities.ws/grupoepisteduc/arquivos/tesegamboa.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.

HIRAMA, Leopoldo Katsuki. **Algo para além de tirar as crianças da rua**: a pedagogia do esporte e projetos socioeducativos. 359 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

JUNIOR, Paulo Ghiraldelli. **Educação física progressista**: a pedagogia crítica social dos conteúdos e a Educação Física brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

JUNIOR, Paulo Ghiraldelli. **Educação física progressista**: a pedagogia crítica social dos conteúdos e a Educação física brasileira. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Estatutos, ideias gerais, estrutura da Comissão Estadual de São Paulo.** Regimento dos Centros Municipais de São Paulo. São Paulo: LBA, 1942.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **O adolescente e o Ato Infracional:** Medida Sócioeducativa é pena? 2. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2012.

LONGO, I. S. **Ser criança e adolescente na sociedade brasileira:** passado e presente da história dos direitos infanto juvenis. III Congresso Internacional de Pedagogia Social. São Paulo: 2010. Disponível em:<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092010000100013&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 1ªed.São Paulo: Hucitec, 2006.

MEDINA, João Paulo Subirá. **A Educação Física cuida do corpo... e "mente".** 1 ed. Campinas: Papirus, 1983.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Bahia, n. 14, p. 124-137, 1983.

NICODEMOS, Carlos. A natureza do sistema de responsabilização do adolescente autor de ato infracional. In: ABMP; Ilanud, Secretaria Especial de Direitos Humanos (Orgs.). **Justiça, Adolescente e Ato Infracional**: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, p. 61-85, 2006.

OLIVEIRA, Raimundo Luiz Queiroga de. O Menor Infrator e a Eficácia das Medidas Sócio-educativas**. Jus Navigandi**, Teresina, Ano 8, nº 162, 15 dez, 2003. Disponível em:<https://jus.com.br/artigos/4584/o-menor-infrator-e-a-eficacia-das-medidas-socio-educativas>. Acesso em: 02 dez. 2021.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é Educação Física**. Coleção Primeiros Passos.1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PASSETTI, E. **Política nacional do bem-estar do menor**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo,1982.

REZENDE, Elaine Cristina. **Políticas públicas e adolescência:** avaliação participativa da operacionalização das diretrizes pedagógicas do SINASE. Dissertação (Programa de Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba – PR: 2010.

RIZZINI, I. **O século perdido:** raízes históricas das políticas sociais para a infância no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUSU/AMAIS Livraria e Editora, 1997.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). **A**

arte de governar crianças: a história das Políticas Sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 97-149.

SALES, Mione Apolinário. Política e Direitos de Crianças e Adolescentes: entre o Litígio e a Tentação do Consenso. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Mauríli Castro, LEAL, Maria Cristina. (orgs). **Política Social, Família e Juventude**. Uma Questão de Direitos. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 207-241.

SILVA, Ana Paula Ferreira da; FREITAS, Marcos Cezar de. Escolarização, trabalho e sociabilidade em "situação de risco": apontamentos para uma antropologia da infância e da juventude sob severa pobreza. In: FREITAS, Marcos Cezar de (orgs). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 17-48.

SOARES, Carmen Lúcia. et al. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SPOSATI, Aldaíza. ECA na Interface com a LOAS. In: FÁVERO, Eunice Teresinha; PINI, Francisca Rodrigues Oliveira; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (orgs). **Eca e a proteção integral de crianças e adolescentes.** 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2020. p. 61-73.

TUBINO, Manoel José Gomes. **O que é esporte**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

UNESCO. (2012). Carta Internacional da Educação Física e do Desporto da UNESCO. Disponível em:<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216489_por>. Acesso em: 15 mar. 2021.

VERGARA, Sylvia Constant. A Gestão da política de garantia de direitos da criança e do adolescente. **Revista de Administração Pública**, 26 (3): 130-39, Rio de Janeiro, jul./set. 1992.

WHO, W. H. (2003). **Adolescent friendly health services**: an agenda for change. World Health Organization. Disponível em:<https://apps.who.int/iris/handle/10665/67923>. Acesso em: 25 ago. 2021.

ANEXOS

ANEXO A – EMAIL ENVIADO PELO PROFESSOR DR. MARCELO FERREIRA AO CREAS CASTANHAL/PA

Gmail

Nayra Santos <naaysan.ns@gmail.com>

Trabalho de Conclusão de Curso - UFPA/Castanhal

2 mensagens

Marcelo Pereira da Almeida Ferreira <marcelopaf@ufpa.br> 16 de abril de 2021 14:56
Para: creas.semas@castanhal.pa.gov.br
Cc: Naaysan.ns@gmail.com

Prezada Maíra Araújo
Coordenadora do CREAS/Castanhal
Boa tarde.

Sou professor e orientador da acadêmica de Educação Física da UFPA/Castanhal Lucynaira Santos Monteiro, que entrou em contato contigo recentemente, com o objetivo de construirmos uma ponte para que ela possa realizar sua coleta de dados para seu trabalho de conclusão de curso, com o tema "Socioeducação e Educação Física: o perfil das atividades no campo das práticas corporais"..
Nossa intenção inicial era dialogar com os sócio-educadores, no sentido de conhecer o trabalho deles com jovens em medidas sócio-educativas, em particular, o trabalho com as práticas corporais. em um horizonte mais amplo, poder contribuir com a formação destes agentes, neste campo de atuação.
Entretanto, este período de pandemia e isolamento social obstacularizou nossa meta inicial.
Para não perdermos o conjunto de trato com a literatura acadêmica já aglutinado e sistematizado, bem como o foco e objeto, reorganizamos nossa coleta e estamos solicitando ao CREAS a autorização para conhecermos os documentos orientadores e/ou protocolos de trabalho (cartilhas, formulários, orientação de planejamento de atividades e afins). Em síntese, a possibilidade de, com o apoio do CREAS, realizar uma pesquisa documental.
Em tempo, não temos a intenção de fazer uma mera análise crítica dos possíveis documentos que possam ser colocados à nossa disposição. Mas de, conhecendo-os, poder contribuir com possíveis proposições orientadoras e de formação.

Acreditando que podemos ampliar esse diálogo e contribuirmos com a formação da Lucynaira, me coloco a disposição para todo e qualquer esclareicmento.

Abraço fraterno.

Prof. Dr. Marcelo "Russo" Ferreira
UFPA/Castanhal
Membro da Rede LEPEL Pará - LEPEL/Castanhal
Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Marxismo, Politicas de Trabalho e Educação - MTE/FACED/UFBA

Livre de vírus. www.avast.com.

Marcelo Pereira da Almeida Ferreira <marcelopaf@ufpa.br> 19 de abril de 2021 14:50
Para: Naaysan.ns@gmail.com

Olá, Nayra querida!
Saudações.

A resposta que recebemos.
Vamos ao CRAS

Abreijos!

Prof. Dr. Marcelo "Russo" Ferreira
UFPA/Castanhal
Membro da Rede LEPEL Pará - LEPEL/Castanhal
Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Marxismo, Politicas de Trabalho e Educação - MTE/FACED/UFBA

---------- Forwarded message ---------
De: **Creas Semas** <creas.semas@castanhal.pa.gov.br>
Date: seg., 19 de abr. de 2021 às 10:37

Subject: Re: Trabalho de Conclusão de Curso - UFPA/Castanhal
To: Marcelo Pereira da Almeida Ferreira <marcelopaf@ufpa.br>

Bom dia! Prof. Dr. Marcelo!

O serviço da equipe das Medidas Socioeducativas tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

OBJETIVOS DO PROGRAMA: - Realizar acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e sua inserção em outros serviços e programas Socioassistenciais e de políticas públicas setoriais; - Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional; - Estabelecer contratos com o adolescente a partir das possibilidades e limites do trabalho a ser desenvolvido e normas que regulem o período de cumprimento da medida socioeducativa; - Contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias; - Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências; - Fortalecer a convivência familiar e comunitária.

Diante do exposto, informamos que neste equipamento não há socioeducadores na equipe e nem mesmo trabalho com práticas corporais para os socioeducandos. Sugerimos que procurem os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), pois são nestes equipamentos da Assistência Social, que há a lotação de educadores que atuam com os jovens e adolescentes dos SCFV (Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos), entre estes educadores, existem aqueles com formação em Educação Física e os mesmos atuam com atividades de práticas corporais com o público- alvo.

Desde já agradecemos o contato e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos!

Atenciosamente,

Maira Araújo

[Texto das mensagens anteriores oculto]
--

Maira Araújo Oliveira
Coordenadora do CREAS
Secretaria Municipal de Assistência Social de Castanhal

ANEXO B – EMAIL ENVIADO AOS CRAS DE CASTANHAL/PA

UFPA

LUCYNAIRA MONTEIRO <lucynaira.monteiro@castanhal.ufpa.br>

Pesquisa trabalho de conclusão de curso/Ufpa

2 mensagens

LUCYNAIRA MONTEIRO <lucynaira.monteiro@castanhal.ufpa.br> 27 de abril de 2021 18:15
Para: cras.pantanal@castanhal.pa.gov.br

Me chamo Lucynaira Santos Monteiro, acadêmica de Educação Física da UFPA/Castanhal entrei em contato com a coordenadora do CREAS, que nos repassou os endereços de email dos CRAS para que pudesse entrar em contato com o objetivo de construirmos uma ponte para que eu, junto co meu orientador Prof.Dr Marcelo Ferreira, possamos realizar a coleta de dados para o meu trabalho de conclusão de curso, com o tema "Socioeducação e Educação Física: o perfil das atividades no campo das práticas corporais"..
Nossa intenção inicial era dialogar com os sócio-educadores, no sentido de conhecer o trabalho deles com jovens em medidas sócio-educativas, em particular, o trabalho com as práticas corporais. Em um horizonte mais amplo, poder contribuir com a formação destes agentes, neste campo de atuação.
Entretanto, este período de pandemia e isolamento social obstacularizou nossa meta inicial.
Para não perdermos o conjunto de trato com a literatura acadêmica já aglutinado e sistematizado, bem como o foco e objeto, reorganizamos nossa coleta e estamos solicitando aos CRAS a autorização para conhecermos os documentos orientadores e/ou protocolos de trabalho (cartilhas, formulários, orientação de planejamento de atividades e afins). Em síntese, a possibilidade de, com o apoio do CREAS e CRAS, realizar uma pesquisa documental.
Em tempo, não temos a intenção de fazer uma mera análise crítica dos possíveis documentos que possam ser colocados à nossa disposição. Mas de, conhecendo-os, poder contribuir com possíveis proposições orientadoras e de formação.

Acreditando que podemos ampliar esse diálogo e contribuir com a formação da Lucynaira, meu orientador e eu nos colocamos a disposição para todo e qualquer esclareicmento.

Atenciosamente,
Lucynaira Monteiro

Mail Delivery Subsystem <mailer-daemon@googlemail.com> 27 de abril de 2021 17:16
Para: lucynaira.monteiro@castanhal.ufpa.br

Endereço não encontrado

Sua mensagem não foi entregue a **cras.pantanal@castanhal.pa.gov.br** porque o endereço não foi encontrado ou não pode receber mensagens.

SAIBA MAIS

A resposta foi:

ANEXO C – ATA DA REUNIÃO NA SEDE DA FASEPA

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ
DIRETORIA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ-FASEPA

Ata da Reunião na Sede da FASEPA. Na DAS/CASE. Sobre a apresentação do Projeto da UFPA de Castanhal – Faculdade de Educação Física: Princípios Orientadores Para Projetos sociais Em Praticas Corporais. Trabalho apresentado Lucynaira Santos Monteiro junto ao Curso de Educação Física da Universidade Federal do Pará, como requisito básico para obtenção do titulo de licenciado em Educação Física.

1. Aos 12 dias do mês de janeiro de 2022 foi realizada a reunião no espaço da DAS da FASEPA. Com professor Dr. Marcelo Pereira de Almeida Ferreira (orientador de TCC UFPA de Castanhal) e a Assistente Social da DAS Gleici Rosana dos Santos Corrêa. Situada na Rua Diogo Moía, nº 1101, Umarizal, Belém-PA, CEP 66055-170, com início às 11:30 horas;
2. Após cumprimentar o professor relata que seu primeiro contato foi com o Assistente Social Jackson do NGP da FASEPA. Informa que esta aguardando a deliberação do documento da FASEPA para realizar a Pesquisa documental.
3. O encaminhamento sobre a singularidade Corporal. O dialogo de uma estudante com a instituição.
4. 1 - Historia e Politica: Socioeducação e a Educação Física ou levantamento na literatura acadêmica e, também, legislativa elementos que tratasse das perspectivas históricas da socioeducação.
5. 2 – Perfis dos adolescentes e jovens em medida socioeducativa.
6. 3 – Os nexos entre a socioeducação e Educação Física.
7. Percurso Metodológico e Proposta de Pesquisa de Campo: - Justificativa – Introdução e Justificativa – Elementos iniciais de Investigação. "Os Nexos a socioeducação e a Educação Física. Princípios orientados para Projetos Sociais em Praticas Corpos". O trabalho apresentado na FASEPA junto ao curso como de Educação Física da Universidade Federal do Pará, como requisito básico para obtenção do titulo de licença em Educação Física. Com a orientação e supervisão do professor e Dr. Marcelo Pereira de Almeida Ferreira. Aluna: Lucynara Santos Monteiro. Desejam transformar em documento. Solicitação através do Oficio 24/2021/SFEF/UFPA. Ao senhor Luiz Celso da Silva (Presidente da FASEPA) trazendo o assunto: Coleta de dados. Castanhal/Pa, 12 de agosto de 2021.
8. Desejam realizar a Pesquisa documental, através do que a FASEPA já possui. A proposta do trabalho com documentos orientadores e/ou protocolos de trabalho (Cartilhas, Formulários, orientação de trabalho socioeducativo e afins) Com a singularidade do trato para com praticas corporal e, neste, identificas, analisar e expor as relações e nexos existentes entre o trabalho socioeducativo e a Educação Física.
9. O professor Marcelo Pereira teve contato via fone, com o gestor do Espaço APOENA - Anderson Valadares, onde foram explicadas e informadas algumas Praticas Esportivas com base em Projetos. "Projetos com Parcerias", com parte Futebol, Dança, Ritma.
10. A pesquisa que vai ser viabilizada em documentos com coletas de informações irão serem liberadas.
11. Contato do professor Marcelo fone: 99977-1291. E-mail: marcelopaf@ufpa.br

Belém, 13 de janeiro de 2022.

Gleici Rosana dos Santos Corrêa

Técnica CASE/DAS